

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

LETÍCIA DA SILVA GONDIM

A “ORDEM” É RESTAURAR:

INTERVENÇÕES SOBRE A IGREJA SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA (1970-2000)



Florianópolis

Dezembro de 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

A “Ordem” é Restaurar:

Intervenções sobre a Igreja São Francisco da Penitência (1970-2000)

Trabalho de Conclusão de
Curso, produzido pela aluna
Letícia da Silva Gondim,
orientada pela professora
Doutora Letícia Borges
Nedel.

Letícia da Silva Gondim

Florianópolis, dezembro de 2014.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às quatorze horas, na sala dez do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora **Leticia Borges Nedel**, Orientadora e Presidente, pela Professora **Janine Gomes da Silva**, Titular da Banca, e pela Professora **Maria Bernardete Ramos Flores**, Suplente, designadas pela Portaria nº 42/TCC/HST/14 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Leticia da Silva Gondim**, subordinado ao título: "A "Ordem" é Restaurar: intervenções sobre a Igreja São Francisco da Penitência (1970-2000)". Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, a acadêmica expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi argüida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido da Professora **Leticia Borges Nedel**, a nota final **8,5**, da Professora **Janine Gomes da Silva**, a nota final **8,5**, e da Professora **Maria Bernardete Ramos Flores**, a nota final; sendo aprovada com a nota final **8,5**. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História, até o dia doze de dezembro de dois mil e quatorze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 5 de dezembro de 2014.

Banca Examinadora:

Prof.ª Leticia Borges Nedel

Prof.ª Janine Gomes da Silva

Prof.ª Maria Bernardete Ramos Flores

Candidata Leticia da Silva Gondim

Leticia Borges Nedel
Janine Gomes da Silva
Maria Bernardete Ramos Flores
Leticia da Silva Gondim

*Dedico este trabalho aos meus avós,
Antônio Julião da Silva e Josefa Maria da Conceição Silva
João de Souza Gondim e Helena Amorim Gondim*

Agradecimentos

Peço licença a você leitor, mas não posso concluir esta etapa sem agradecer a todas as pessoas envolvidas nesse processo de escrita que se confunde muito com as transformações recentes da minha vida.

Gostaria de começar agradecendo aos meus pais, Janeide e Rubens, que mesmo algumas vezes não concordando com minhas escolhas nunca deixaram de me apoiar, gratidão pela paciência e amor. Pai e Mãe jamais vou esquecer todos os esforços de vocês para que este sonho se tornasse realidade. Sem vocês nada disso seria possível. Amo muito vocês!

Felipe, gratidão por todo apoio e compreensão. Tenho imensa admiração pelo lindo homem que você se tornou. Eu te amo muito, meu irmão! Ao meu amado tio e amigo, Rodrigo Julião, minha gratidão por tudo, amo você!

À minha querida Professora e Orientadora Letícia Borges Nedel. Admiração é a palavra que descreve muito bem o que sinto por ti. Sinto-me muito honrada de poder ser sua orientanda. Gratidão pela generosidade e paciência de poder compartilhar comigo seu conhecimento e experiência.

À minha amada Professora e amiga Andréa Ferreira Delgado com quem eu sempre pude contar e serei eternamente grata. À minha também amiga e Professora Renata Palandri, que com sua doçura tornou todo esse longo processo menos doloroso. Aos meus professores Artur César Isaia, gratidão por todos os ensinamentos e as boas gargalhadas; João Klug pelo apoio e amizade; Lucas Bueno Reis pela generosidade em me aceitar de braços abertos no LEIA; Henrique Pereira Oliveira pelas maravilhosas aulas de História da Arte que sem dúvida foram determinantes nas minhas escolhas futuras. À Professora Janine Gomes por aceitar esse desafio de fazer parte da minha banca. A minha gratidão aos meus amados Professores que muito me ensinaram!

Aos meus queridos amigos da universidade e deste mundo que por aí andei. Isabella Souza, Suéllen Lemonje, Mariana Carmona, Heloísia Nunes, Evelyn Carvalho, Marina Guzman, Bruna Michells, Kênnya Souza, Lara e Laís Lodi, Mariele Martins, Márcia Valério, Ana Carolina Schweitzer, Larissa Freitas, Cássila Melo, Nathalie Quiroga, Andréa Guerrero, Tales Kamigouchi, Fabiano

Garcia, Ederbal Bezerra, Ulisses Murilo e João Binato gratidão ao apoio incondicional, às muitas conversas que me deram ânimo e força pra não desistir, à amizade e parceria, tenho muita sorte e sou muito grata por poder ter vocês como amigos. Aos meus anjos da guarda Lucia Faeh, Elizabeth Mendes e família, Elizeth Bomba, Daren e família, Basílio Brito, Gabriela Cavalheiro, Thomás Farines, Alessandra Lacerda, Nastasia Simon “muchas gracias” e Tolga Rahvancioglu “teşekkür ederim”, vocês foram e são muito importantes pra mim, gratidão eterna por toda ajuda que me deram.

Ao meu bambino amado, Rosário Giacomantonio, “grazie” por tudo. Ao meu amigo Theo Basler por quem eu sinto imenso amor, gratidão e a quem eu tenho a sorte de ter na minha vida “vielen dank”. À Raffaella Sturzenegger, jamais, em toda minha vida, vou esquecer a primeira vez que olhei em seus olhos “danke schön”. À Patrícia Prazeres por toda amizade, amor, carinho e confiança. À Família Oppliger e Delgado, em destaque a José Ramón o meu muito obrigada!

Aos meus amados companheiros do ATECOR, Marcelino Melo, Thiago Guimarães, Fátima Althoff, Marcelo do Amaral e Karen Kremer. Minha gratidão eterna por confiarem, me aceitarem de braços abertos e por compartilharem comigo o conhecimento de vocês. Aos meus companheiros do LEIA, Lucas Bond, Isabela Müller, Patrícia Fontana, Stela Schenato, Bruno Bee e Thiago Pereira, que também me receberam de braços abertos e me adotaram e seguem me ensinando com muita paciência e carinho as aventuras desta vida de arqueólogo.

As minhas lindas companheiras ciganas e amigas, Gabrielle Beck, Bianca Melyna, Elsa Casalett, Daniele Knihs e Raisa Sagredo. Minha gratidão pelo companheirismo, amizade, conversas e as muitas danças!

Ao governo federal que através de políticas sociais possibilitou minha entrada e permanência da Universidade. A todos que de alguma maneira me ajudaram na composição deste trabalho.

À vida e ao universo, a minha eterna gratidão!

Letícia da Silva Gondim

SUMÁRIO

RESUMO.....	p.9
INTRODUÇÃO	p.10
1. A Ordem, a edificação e as primeiras intervenções.....	p.20
2. “Década de 1970”: Uso de jornais e disputas de poder.....	p.38
3. “Patrimônio preservado”: um direito com suas obrigações.....	p.63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p.84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.88
FONTES.....	p.91

RESUMO

Edificada no centro de Florianópolis a Igreja São Francisco respira ofegante num dos pontos mais conhecidos da cidade, na esquina da Rua Deodoro com Felipe Schmidt. A construção que em 2015 completa duzentos anos passou por inúmeras intervenções durante todo esse período. Devido à complexidade da edificação como bem patrimonial esta pesquisa tem como foco comparar a década de 1970 com os anos 2000, onde ocorreu significativa mudança de mecanismos para acionar os órgãos responsáveis quanto à conservação e restauração da Igreja, além de problematizar o uso de dinheiro público para o restauro da edificação a qual é propriedade da Ordem Terceira de São Francisco. Através desta pesquisa é possível ver as tensões geradas quanto à responsabilidade pela conservação e restauração do bem patrimonial, quando na verdade a edificação é propriedade da Ordem, que solicita a verba do Estado para o restauro, mas reclama livre autonomia para administrar as obras.

Palavras-chave: Igreja São Francisco da Penitência; Ordem Terceira de São Francisco; restauração; patrimônio; Florianópolis.

INTRODUÇÃO

A Igreja da Ordem Terceira de São Francisco está localizada no centro histórico de Florianópolis na Rua Deodoro esquina com a Rua Felipe Schimidt, um dos pontos mais movimentados da região. Muitas pessoas desconhecem seu nome e mais ainda sua história, informações que só estão ao alcance público mediante a pesquisa em livros e/ou uma simples visita à Igreja onde por lá é possível encontrar algumas informações através de placas fixadas na parede da Igreja. Desde muito antes de iniciar a graduação, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco já chamava minha atenção.

Quando eu ainda trabalhava em um comércio no centro de Florianópolis tive a curiosidade despertada pela sua situação: o local onde esta está sufocada em meio a tantos prédios; a posição dela, que diferente das demais Igrejas localizadas no centro da cidade está de lado para o mar e não de frente; o curioso fato de a Igreja possuir anexos e estes espaços serem utilizados por comerciantes; a quantidade de artesões que sempre esteve em frente da Igreja e por último a existência de tantos pedintes naquele lugar. Essa última foi uma das razões pelas quais hesitei durante muito tempo em visitá-la e conhecê-la por dentro – o que, de fato, só fiz quando decidi que a igreja da Ordem Terceira de São Francisco seria meu tema de pesquisa para o TCC. Isso depois de um dia me deparar com um a faixa pendurada na frente da Igreja com os seguintes dizeres: “Francisco, restaura a minha Igreja. Igreja São Francisco das Chagas - Pedra Fundamental 25 de maio de 1803”. Naquele momento ainda não estava acompanhando a movimentação dos fiéis e da Ordem, mas percebi que estavam mobilizados por sua conservação.

Confrontada com o desafio de concluir minha graduação e elaborar um trabalho de conclusão de curso, passei a estabelecer uma estreita relação com a igreja, sobretudo durante o período de pesquisa. Frequentei missas em diferentes horários, fiz seguidas visitas, por meio das quais pude acompanhar tanto a evolução e finalização da primeira etapa do restauro, como a movimentação dos fiéis, enquanto registrava tudo em um diário de campo que me auxiliou durante a pesquisa.

Inicialmente, a pesquisa iria se concentrar na primeira etapa do último restauro que a Igreja sofreu, finalizado em meados de julho de 2013. O atual governador do estado Raimundo Colombo assinou, no dia 17 de novembro de 2011, um contrato de cooperação financeira, no valor de R\$ 2,4 milhões, para a primeira etapa da restauração da Igreja São Francisco. Os recursos para realização da obra eram provenientes do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura (Seitec), que foram repassados pela Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e pela Secretaria de Fundos Desvinculados. O Sitec é um programa de incentivo fiscal e financeiro da Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte que visa estimular o financiamento de projetos culturais, turísticos e esportivos.

Sendo assim, a pesquisa inicial procurava investigar o processo de restauração da Igreja São Francisco levando em consideração a relação de seus agentes sociais com o bem tombado e a relação das instituições responsáveis pela preservação do Patrimônio com esses agentes sociais.

Ao iniciar o levantamento das fontes, descobri uma Ação Popular movida no ano de 2009. Acreditando que esta havia sido movida pela Ordem e que isso tinha acelerado o processo do pedido de restauro, quis problematizar a relação dos fiéis com a Igreja como bem patrimonial, já que essa era a justificativa da Ação. Porém, pesquisando de fato sobre a Ação Popular, descobri que esta em nada estava relacionada com a movimentação da Ordem e/ou dos fiéis. Na verdade, o autor da ação é um advogado que se denomina ateu, e sua ação junto à Justiça foi motivada por convicções relacionadas a cidadania e direitos. Ele contestava a falta de fiscalização por parte do Estado, da Prefeitura e da Mitra Metropolitana de Florianópolis no que diz respeito à conservação da edificação, questionando também o uso de verba pública para a restauração, já que a Igreja em questão era – como ele afirmava propriedade da Mitra, uma instituição que conseqüentemente pertence à ICAR (Igreja Católica Apostólica Romana). No decorrer desta pesquisa descobri que mesmo tendo que prestar contas à Mitra, a Ordem tem grande autonomia de administração sobre os bens desta Igreja, uma vez que é ela a proprietária da edificação.

Para compor este trabalho foi necessária a pesquisa em arquivos das instituições responsáveis pela salvaguarda do Patrimônio. Como a Igreja é tombada a nível estadual e municipal, comecei minha pesquisa nos arquivos da Fundação Catarinense de Cultura, onde fui muito bem recebida e pude consultar e fotografar com facilidade diversos documentos correspondentes à história da Igreja, seus processos de tombamento e até documentos sobre a última etapa do restauro que esta sofreu em 2013. Já na instância municipal o diálogo foi um pouco mais complicado, precisei de uma carta da minha orientadora para pesquisar nos arquivos do SEPHAN, porém encontrei mais informações referentes à década de 1970, 1980 e 1990. Também pesquisei no Arquivo Histórico da Arquidiocese de Florianópolis, onde de fácil acesso pude pesquisar cartas e documentos da Ordem. O arquivo da biblioteca pública estadual foi igualmente muito importante para compor esta pesquisa, pois foi lá onde encontrei as diversas notícias sobre a Igreja correspondente a toda década de 1970. Na Casa da Memória tive acesso a diversas fotografias da Igreja, que cobrem as décadas de 1980 e 1990, além de algumas notícias sobre a Igreja de 2000 para cá. Por último, não necessariamente nesta ordem e não menos importante, consultei então a Biblioteca Universitária da UFSC, onde encontrei as fontes bibliográficas referentes à Igreja.

Durante a pesquisa me deparei com inúmeras notícias em jornais da década 1970, onde constavam pequenas intervenções - ora denominadas “restauro” ora “reforma” – ocorridas na edificação. A partir daí pude perceber que a publicação de denúncias em jornais era a maneira que os fiéis encontravam para chamar a atenção dos órgãos competentes para solicitar o restauro da Igreja neste período.

Com isso, optei por modificar o foco da pesquisa e comparar a década de 1970 com os anos 2000, onde ocorreu significativa mudança de mecanismos para acionar os órgãos responsáveis quanto à conservação e restauração da Igreja. Com base nas minhas pesquisas em documentos, livros e jornais pude perceber que durante a década de 1970 foi intenso o uso de jornais como meio de comunicação para chamar a atenção dos órgãos responsáveis, no caso o Estado – digo o Estado me referindo ao governo do estado de Santa Catarina, pois durante toda pesquisa, este era citado como

responsável direto pela conservação e restauro da Igreja, mesmo ela tendo sido tombada a nível municipal (1975) primeiro e permanecendo assim até 1998 quando ocorreu finalmente seu tombamento pelo Estado. Já os anos 2000 são marcados por denúncias realizadas por meios legais feitas ao IPUF e outras diretamente ao Ministério Público, mas aí por denunciante anônimos frequentadores da Igreja e outras por cidadãos comuns que questionavam o descaso contra o bem. A maioria dessas denúncias era direcionada ao uso indevido dos anexos utilizados pelos comerciantes, ao punir os responsáveis por suas ações o Ministério Público também acrescentava a Ordem como responsável, já que é proprietária da edificação e tem o poder de controle sobre seus inquilinos. Porém esta última continuou a fazer uso de jornais onde continuavam a sustentar a ideia de que Ordem era muito pobre e não tinha recursos para o restauro e que o Estado é quem deveria restaurar.

No decorrer da pesquisa, pude perceber as tensões geradas quanto à responsabilidade pela conservação e restauração do bem patrimonial, quando na verdade a edificação é propriedade da Ordem, o que no caso isenta o Estado de financiar o restauro deste patrimônio, porém não o isenta da responsabilidade fiscalizar. É importante ressaltar também que o Estado é laico, ou seja, o Estado é oficialmente neutro em relação às questões religiosas, não apoiando nem se opondo a nenhuma religião. Mesmo que muitas vezes o apelo dos fiéis seja no sentido de que a Igreja faz parte da história de Florianópolis e que por isso deve ser preservada, a conservação e restauro é responsabilidade do proprietário da edificação. Segundo a lei de tombamento estadual, o proprietário da coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder a obras de conservação e reparação que ela requerer, comunicará à Fundação Catarinense de Cultura, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância do dano.

A justificativa que sempre foi dada para explicar o pedido de auxílio do Estado na restauração da Igreja é que além desta ser importante para a história local, a Ordem seria muito pobre para poder arcar com tais gastos. Esta informação é reforçada por membros da Ordem e pela bibliografia em que pesquisei para compor este trabalho, porém ao pesquisar nos arquivos do SEPHAN tive contato com um contrato de locação correspondente ao ano de

2010 com duração de 48 meses de um espaço anexo à Igreja em que o valor do aluguel era de R\$ 8.888,89 mensais, que seria corrigido de acordo com a variação do IGPM-FGV ou INPC no período de doze meses ou ainda por outro índice que fosse determinado por lei. Se levamos em consideração que há quatro comércios diferentes nos espaços anexos à Igreja e que cada um independente do espaço utilizado, pois uns são maiores e outros nem tanto, pague esse valor de aluguel, chegamos ao total mensal de R\$ 35.555,56. Que em nenhum dos documentos nos quais pesquisei mencionavam essa renda da Ordem. Se esta se diz tão pobre assim, para onde vai essa quantia que a Ordem arrecada por mês? Lembrando que esta conta ainda com doação dos fiéis e com a venda de artigos religiosos no interior da Igreja.

Para compor minha pesquisa inicialmente fiz um levantamento bibliográfico sobre a Igreja e encontrei diversos estudos sobre ela. Porém o foco em sua maioria se concentrava na área das artes e arquitetura, em nenhum dos trabalhos que pesquisei foi levantado qualquer tipo de problemática sobre a Igreja.

O livro “A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Ilha de Santa Catarina”, escrito por Oswaldo Rodrigues Cabral e publicado em 1945, é referência no quesito história cronológica da Igreja, já que o texto é descritivo, e não levanta qualquer problemática ou questão teórica sobre o assunto. O subtítulo do livro “Notas históricas comemorativas do segundo centenário da sua fundação” já explicita o conteúdo do livro, sobre o qual cumpre observar que Cabral foi membro da Ordem. O livro faz parte do tempo em que a historiografia pregava a valorização de marcos histórico e grandes heróis. Nele é possível encontrar informações sobre a fundação da Ordem, além serem citados nomes dos membros considerados ilustres.

O Guia dos Bens Tombados Santa Catarina publicado em 1992, que conta com o apoio da FCC mantém a mesma linha de história cronológica sobre a Ordem e a edificação e ainda ressalta que a Igreja passou por “poucas obras”, afirmando que nenhuma delas foi importante. O Guia, porém, chama a atenção para as paredes internas da Igreja que foram sucessivamente repintadas, ou seja, com esta informação, não há como afirmar que a Igreja não tenha passado por intervenções significativas.

Já a arquiteta Eliane Veras da Veiga em seu livro, Florianópolis Memória Urbana, publicado em 1993, dedica apenas uma página e meia à igreja. Como as anteriores, privilegia uma narrativa cronológica e linear, e ao finalizar afirma que as “reformas” que a Igreja sofreu desde que foi inaugurada não foram muitas e nem muito drásticas – o que talvez, segundo a autora, deva-se à falta de recursos da Ordem.

Durante pesquisas nos arquivos da Casa da Memória encontrei uma doação que o departamento de Artes Visuais da UDESC efetuou para a instituição. Trata-se de dois resultados de pesquisa CNPQ referente aos períodos de agosto de 1993 a agosto de 1994 e o outro de agosto de 1994 a agosto de 1995, projetos que foram coordenados pela Professora Sandra Makowiecky Salles. Os títulos das respectivas pesquisas são “As Igrejas e Capelas de Florianópolis: séculos XVIII e XIX” e “As imagens Sacras de valor histórico existentes nas Igrejas e Capelas de Florianópolis: século XVIII e XIX”. Objetivo de cada um desses projetos era fazer um levantamento das Igrejas da cidade de Florianópolis e dos bens móveis que as compõem. O primeiro relatório que tem um capítulo dedicado a Ordem Terceira novamente alinha datas e acontecimentos significativos da história da Igreja, acrescenta algumas informações novas sobre como era conhecida a antiga região onde a Igreja estava localizada e ao abordar as intervenções ocorridas na edificação, novamente, como no restante da bibliografia pesquisada, refere-se às “reformas” ocorridas na Igreja, as quais não teriam sido muitas e nem teriam redundado em grandes alterações na edificação. Já o segundo relatório tem o foco apenas na identificação e descrição das imagens sacras da Igreja.

O trabalho de conclusão de curso do ano de 2004 escrito pela estudante de arquitetura da UFSC, Isabel Wittman, e orientada pelo professor Roberto Gonçalves sob o título “As Igrejas no centro de Florianópolis” que tem como foco a história da arquitetura das Igrejas da cidade com ênfase no valor artístico cultural destas. Ao abordar a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, dedica-lhe um parágrafo para comentar sobre sua arquitetura e arte da Igreja, ressaltando que a edificação não sofreu nem muitas, nem grandes “reformas” devido à falta de recursos da Ordem.

Entre os demais livros e artigos que encontrei durante a pesquisa onde aparece citado o nome da Igreja, a maioria tem como tema a trajetória da salvaguarda patrimonial em Florianópolis e/ou Santa Catarina. Não há qualquer trabalho específico sobre a Igreja.

Devido a este levantamento bibliográfico e confrontada com as notícias que encontrei sobre a Igreja durante toda a década de 1970 e pós anos 2000, pude perceber o quão complexa era a história desta edificação de quase 200 anos. O que eu gostaria de suscitar com esta pesquisa é uma reflexão sobre as relações entre público e privado no âmbito do patrimônio, a partir do estudo de um caso específico, onde se manifesta a contradição entre a dependência financeira reclamada pela Ordem quando se trata de definir a fonte pagadora das intervenções sobre a edificação e o poder e a independência que a Ordem tem de estabelecer as diretrizes gerais dessas intervenções. Soa estranho este comentário, pois iniciei esta introdução afirmando que esta era responsável pelo prédio. Afirmando isso, pois durante a década de 1970 a Igreja sofreu diversas intervenções, e a Ordem, que nunca abriu mão do direito de intervir sobre o prédio, dispunha de uma comissão para orientar onde e quais eram as interferências necessárias.

Chamo a atenção para este fato, pois pesquisando nos jornais correspondentes a esta década, encontrei uma publicação que data de janeiro de 1977, onde a Igreja passava por uma intervenção denominada pelo jornal como uma “restauração parcial” com recursos da Secretaria do Governo (na publicação não especificam qual Secretaria). Durante esta “restauração” a maior modificação que estava prevista era a abertura destas portas laterais. No jornal é possível ver os operários abrindo as portas laterais da Igreja que estavam fechadas desde 1851¹. Logo abaixo é informado que a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura desconhecia estas obras, mas que monsenhor Lorch, provavelmente o pároco responsável pela Igreja na época, já havia feito um “comunicado verbal” ao secretário. E que a prefeitura

¹Três décadas depois de ser inaugurada, no ano de 1851 correu o boato pela pacata Desterro de que o prédio iria desabar. Sendo assim, foram realizadas inúmeras vistorias e ao final optou-se por fechar as duas portas laterais que faziam parte do projeto inicial, deixando assim a porta central como único acesso à Igreja, como permanece até hoje.

ia acompanhar indiretamente o andamento da obra que estava sendo realizada com recursos da Secretaria do Governo.

Como já citei anteriormente, a Igreja era tombada pelo município desde 1975, o que no caso a impede de ser modificada sem o aval do órgão responsável que a tombou. Porém o mais intrigante durante toda minha pesquisa é que em nenhum documento que pesquisei, nem a nível estadual, nem a nível municipal encontrei a informação da abertura destas portas laterais. Nem no levantamento histórico da empresa que é responsável pelo último restauro da Igreja essa informação aparece. Ela está apenas publicada neste jornal que por sorte encontrei. Como está publicado², foi a Ordem que decidiu que a Igreja deveria retornar a sua linha arquitetônica original, o que corrobora a minha afirmação sobre o poder e independência dos membros.

Além disso, pesquisando nos arquivos da Arquidiocese obtive essa informação, de que mesmo a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco estando sob a jurisdição eclesiástica da Catedral Metropolitana de Florianópolis, a Ordem tem bastante controle sobre os bens e documentos referentes à Igreja e sua história. Talvez isso explique também a dificuldade que enfrentei em conseguir informações por parte da Ordem durante meu processo de pesquisa.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, abordo o estabelecimento da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência na Ilha de Desterro, a construção da edificação e algumas intervenções que esta sofreu que estão disponíveis ao conhecimento do público através de placas afixadas na Igreja. Neste capítulo também conto com tópicos sobre a criação de legislação patrimonial municipal e estadual, seguido de uma exposição dos limites jurídicos existentes entre os bens públicos e os bens privados, com as respectivas responsabilidades sobre a conservação e restauração deste bem. Por último, e por último, uma definição sobre o que é restauro e a diferença entre restauro e reforma, para deixar claro ao leitor que as muitas vezes que estas palavras aparecem entre aspas significa que estou dando voz ao

² Autor Desconhecido. Esta é mais uma tentativa de devolver à igreja São Francisco de Assis sua forma original. **O Estado**. Florianópolis 8 jan.1977.

representante da Ordem que falou por meio de entrevistas e/ou matérias sobre a Igreja.

No segundo capítulo parto para a análise da década de 1970 e as intervenções que a edificação sofreu durante este período. Para isto faço uso de jornais publicados nesta época e utilizo também meu diário de campo que escrevi durante minha pesquisa. Além de tratar sobre o uso do jornal como meio de comunicação para reclamar o restauro do patrimônio por parte da Ordem, chamo a atenção neste capítulo para dois acontecimentos importantes envolvendo a edificação: o primeiro é a construção do Centro Comercial Aderbal Ramos da Silva (ARS) aos fundos da igreja que comprometeu parte da estrutura da edificação. O segundo, a abertura das portas laterais da edificação que estavam fechadas desde 1851. A abertura foi encomendada pela Ordem sem o consentimento devido do órgão responsável pela preservação do patrimônio, pois esta já havia sido tombada, decidiu reabrir.

Já o terceiro capítulo é composto de uma análise dos anos 2000 até meados de 2012, quando é iniciada a primeira etapa do atual restauro pelo qual a Igreja vem passando. Neste capítulo, como no anterior, vou fazer uso das matérias de jornal utilizadas como meio para reclamar publicamente o restauro. Publicados durante esse período, os periódicos não foram os únicos mecanismos utilizados por membros da Ordem e dos fiéis para solicitar verba para o restauro da Igreja. Essa década é marcada por denúncias feitas diretamente ao IPUF e ao Ministério Público e o que se pode observar, também, é uma fiscalização maior por parte dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio, tanto a nível municipal como a nível estadual. Destaco três marcos deste período: primeiramente, a denúncia contra um comerciante que alugava o espaço da Igreja e lá mantinha uma loja de bijuterias com o nome de “Arte Acessórios”. Este realizou obras que foram consideradas ilegais pelos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. Tais obras descaracterizaram o bem, a afixação de uma faixa na fachada principal da Igreja com os dizeres “Francisco, restaura a minha Igreja. Igreja São Francisco das Chagas - Pedra Fundamental 25 de maio de 1803” que durante certo tempo ficou exposta até que esta fosse restaurada; e por último, a Ação Popular que foi movida por um advogado que se denomina

ateu e que contestava a falta de fiscalização por parte do Estado, da Prefeitura e da Mitra Metropolitana de Florianópolis no que diz respeito à conservação da edificação e que esta falta de fiscalização obrigava o Estado a utilizar verba pública para a restauração, já que a Igreja no caso; como ele afirmava na Ação, era propriedade da Mitra que conseqüentemente pertence à ICAR (Igreja Católica Apostólica Romana). O processo pontuado por esses acontecimentos corresponde à intensificação do papel fiscalizador do IPUF e da FCC.

Por fim, as considerações finais da minha pesquisa, que foi construída durante quase dois anos de investigações em arquivos; sucessivas idas à Igreja; conversas com fiéis, frequentadores e membros da Ordem. Espero que essa introdução desperte em você, leitor, a curiosidade e vontade de continuar a leitura.

1. Ordem, a edificação e as primeiras intervenções.

Sufocada pelo progresso, a Igreja São Francisco respira ofegante num dos pontos mais conhecidos do centro de Florianópolis. Edificada no centro da cidade na esquina da Rua Deodoro (antiga Rua dos Quartéis) com Felipe Schimidt (antiga Rua dos Moinhos de Vento), está acessível a todos, embora muitos passem por ela sem notar sua existência e seu valor como patrimônio. Outros tantos a têm apenas como um local sagrado onde podem orar, se confessar e acompanhar as missas.

A Ordem³Terceira da Penitência, como era conhecida antes a Ordem Terceira de São Francisco, é a mais antiga das Confrarias religiosas surgidas na Ilha de Santa Catarina, tendo sido instalada em 1745. Foi implantada na Vila de Nossa Senhora do Desterro pelo Frei Alexandre de Santa Cruz. A solicitação para a instalação foi efetuada pelos Oficiais da Câmara da Vila diretamente ao convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro, pedindo socorro espiritual para os habitantes da Ilha. Essa solicitação prontamente foi atendida e foi determinado que fossem aceitos noviços de ambos os sexos, informando-se, previamente, seu modo de vida. É importante ressaltar aqui que as pessoas que formavam a primeira mesa da Ordem eram de elevadas categorias sociais, sendo o Ministro o próprio governador da Ilha. Desde que foi fundada, a Ordem trabalha e recebe doações de membros da Ordem e féis da Igreja. O terreno onde está localizada a igreja foi uma dessas doações, assim também ocorreu com as imagens das santidades expostas no seu interior. Ainda hoje a doação é uma importante fonte de recursos financeiros para a Ordem, que também conta com o aluguel dos comércios localizados nos anexos da edificação.

As Confrarias eram instituições de leigos, cujo objetivo fundamental era reunir pessoas que escolhiam um santo padroeiro comum, comprometendo-se a manter e promover devoção a este. Além, é claro, de ser um veículo estruturado e organizado, para onde a população direcionava suas

³As Ordens terceiras são associações de leigos católicos, vinculadas às tradicionais ordens religiosas medievais, em particular às dos franciscanos, carmelitas e dominicanos. Reúnem-se em torno da devoção a santo padroeiro. Fazem parte da Ordem Primeira os frades menores, Ordem Segunda as clarissas e a Ordem Terceira foi criada para os que vivem no mundo leigo, destinada a homens e mulheres que sem deserção da própria família e sem renunciar as suas propriedades, pudessem levar a todos os sentimentos Cristãos. Disponível no site: <<http://pt.scribd.com/doc/41214036/dicionario-catolicas>> Acessado dia: 04/04/2014.

esperanças de mudança, manifestando seus anseios com relativa liberdade e autonomia. No século XIX é quase inexistente a referência à palavra “Confraria” no Brasil, sendo seu significado quase sempre igualado à palavra “irmandade”. Eram coletadas regularmente esmolas, loterias, rendas advindas de propriedades e testamentos. Todas estas doações eram utilizadas para construção, reforma e manutenção de suas igrejas, hospitais, asilos, cemitérios, na compra de imagens de santos, roupas, bandeiras, insígnias, além do pagamento de capelães, sacristãos e diversos outros funcionários e também o investimento era destinado às festas anuais do santo padroeiro de cada irmandade⁴.

Inicialmente a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência não possuía capela própria, tendo ocupado por setenta anos parte do espaço da Catedral Metropolitana de Florianópolis. A construção da Igreja de fato começou em 1803, quando em 25 de maio foi lançada a pedra fundamental. A região onde hoje encontra-se a Igreja era conhecida antigamente como o bairro da Figueira, que durante o século XIX era considerado junto com o bairro Tronqueira e da Toca, os mais “tenebrosos” de Desterro. O bairro da Figueira não causava boa impressão aos que chegavam à Ilha, principalmente pelas ruas paralelas à praia e o lado oeste à praça havia fachadas de costas para o mar, com seus cais e aterros reforçando a disposição de locar os quintais e fundos para as marinas, onde eram reveladas as funções dos habitantes, que eram marinheiros, estivadores e mercadores ao mesmo tempo em que a parte mais nobre, voltada para a rua, tinha o caráter mais comercial e aspecto urbanizado⁵.

Com a finalização da construção a Ordem deixou de ocupar o espaço na Catedral para ocupar o espaço da Igreja de São Francisco, recém-inaugurada em 1815⁶. Três décadas depois de ser inaugurada, no ano de 1851, corria pela pacata Desterro o boato de que o prédio iria desabar. Na ocasião, foram realizadas inúmeras vistorias e ao final optou-se por fechar as

⁴COE, Agostinho Júnior Holanda. **As Irmandades Religiosas em São Luís do Maranhão e sua Missão Salvacionista**. Revista de História e Estudos Culturais julho/agosto/setembro de 2007. Vol.4, ano IV n°3.

⁵ MAKOWIECK, Sandra. **As Igrejas e Capelas de Florianópolis: Séculos XVII e XIX**. Florianópolis, UDESC, 1994. Relatório CNPQ, p. 79 e 80.

⁶ VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis memória Urbana**. 1ª edição. Florianópolis: Editora UFSC, 1993. p. 280 e 281.

duas portas laterais que faziam parte do projeto inicial, deixando assim a porta central como único acesso à Igreja⁷, como permanece até hoje. Cabral em seu livro “A venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Ilha de Santa Catarina” cita que o fiscal Luiz Nunes Pires se deslocou até a Igreja para checar a informação, mas já encontrou o fiel membro da Ordem, José Pereira de Medeiros junto à pedreiros fechando as portas laterais⁸.

Este episódio do fechamento das portas laterais da Igreja é apenas a primeira das inúmeras intervenções que a edificação sofreu durante os seus quase duzentos anos de fundação.

Após o fechamento das portas laterais, em 1910 se tem registro de uma nova intervenção na edificação, segundo consta em uma placa localizada dentro da Igreja. Novamente, em livros, jornais ou documentos os quais pesquisei nenhuma informação foi encontrada a respeito desta intervenção. Na placa é citado o nome de Dom João Becker como Bispo da recém-criada Diocese⁹ de Florianópolis.

O Bispo Dom João Becker nasceu na Alemanha e migrou com seus pais para o Rio Grande do Sul instalando-se na região do Vale do Caí. Aos 21 anos, em 1891 matriculou-se na primeira turma do Seminário Diocesano de Porto Alegre, foi nomeado Vigário da Paróquia do Menino Deus, na capital gaúcha. Dom João Becker foi empossado como Bispo da recém criada Diocese de Florianópolis em 1908. Apesar de sua curta permanência à frente deste Bispado, Dom João Becker organizou a vida católica catarinense. Estimulou a expansão das Escolas Paroquiais, em Blumenau, com o auxílio dos Padres Franciscanos, fundou a Escola Normal para professores que depois seriam nomeados para as Escolas Paroquiais¹⁰.

⁷ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Ilha de Santa Catarina**: Notas Históricas Comemorativas do Segundo Centenário da sua Fundação. Florianópolis: IHGSC, 1945. p. 39.

⁸ Ibidem, pág. 48.

⁹ Território em que um bispo exerce jurisdição espiritual. A diocese é a unidade geográfica mais importante da organização territorial da Igreja. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/diocese>> Acessado dia: 24/05/2014>.

¹⁰ BECKER, Dom João disponível no site: <<http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-joao-becker/>> Acessado dia: 17/04/2014.

Dentre as muitas organizações e mudanças que o Bispo efetuou está a realização, em 1910, do 1º Sínodo¹¹ Diocesano em Florianópolis. O 1º Sínodo dividiu o Bispado em dez Comarcas, substituindo as antigas quatro, que não mais atendiam às necessidades pastorais¹². Esses acontecimentos marcam um processo de reestruturação (ou uma primeira estruturação) do poder eclesiástico em Santa Catarina.

Considerando a falta de informações sobre esta intervenção no ano de 1910, pode-se supor que estas não tenham sido significativas ou simplesmente que não tenha sido registrada por não se dar importância à intervenção em si, mas à presença do Bispo, cuja passagem ensejou a criação de marcos e registros por toda a Igreja. É provável que esta tenha passado pela intervenção somente para pôr-se à altura daquela visita tão importante. É importante considerar também que devido à falta de informação sobre esta intervenção na Igreja, é possível, embora pouco provável, que afixação da placa tenha ocorrido pós 1910. O certo é que, analisando o levantamento histórico realizado pela FCC e o IPUF¹³ nos documentos da mesa administrativa da Ordem, pode-se concluir que foi utilizada verba pública para esta intervenção já que neste levantamento da mesa administrativa nada consta sobre algum gasto referente ao ano de 1910 para tal obra.

Nas décadas seguintes, o que se sabe ainda através do levantamento histórico realizado pela FCC e o IPUF, é que a edificação sofreu pequenas interferências, como a pintura externa da Igreja, ocorrida em 1945. No ano de 1948 fizeram-se pequenos reparos na grade do coro e substituição da escada do púlpito. Já no ano de 1949 é citado um alvará da Prefeitura para realizar diversos reparos na Igreja. Em 1956 foi afixada uma placa em bronze dentro da Igreja onde constam informações sobre a Ordem e a inauguração da Igreja, além de acusar reparo e pintura externa efetuado nesse mesmo ano onde é

¹¹ Assembleia de eclesiásticos convocados por ordem do seu prelado ou de outro superior. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/s%C3%ADnodo>> Acessado dia 17/04/2014.

¹²BECKER, Dom João. Op. Cit.

¹³Fundação Catarinense de Cultura e Instituto de Planejamento Urbano. Pesquisa Histórica: Documentos da Mesa administrativa. Florianópolis, sem data. Encontrei este documento durante pesquisas no arquivo da FCC, sem data, onde o último registro datado nos documentos da Ordem corresponde ao ano de 1980. Não posso afirmar com certeza, mas acredito que faça parte do levantamento realizado pela FCC e IPUF após o ano de 2003 que é quando a FCC e o IPUF passam a fiscalizar intensamente as obras nos anexos da Igreja e a conservação do restante do prédio.

citado, em agradecimento, o nome do então Governador Irineu Bornhausen¹⁴. De 1967 a 1980 os pesquisadores da FCC e do IPUF optaram por somente citarem neste levantamento obras de manutenção e conservação da Igreja de grandes proporções financeiras, que indicassem maior interferência no Patrimônio. Como se trata de uma pesquisa realizada nos documentos da mesa administrativa da Ordem, as interferências citadas aqui dizem respeito apenas ao que a Ordem com seus próprios recursos financiou. No ano de 1968 é citado um alvará de licença para a abertura de uma porta que dava acesso a Rua Felipe Schmidt. De 1970 a 1976 os registros ainda encontrados no levantamento realizado pela FCC e o IPUF são pequenos reparos na porta principal, retelhamento, restauração de calhas, novamente pintura interna e externa, restauração completa da rede elétrica e algumas aquisições de equipamentos, como aparelhos de sonorização.

Tais intervenções antes da década de 1970 sem o acompanhamento de profissionais podem ter alterado a configuração da Igreja. Refiro-me a antes da década de 1970, pois pesquisei em jornais, livros e documentos algum sinal de que num primeiro momento a Ordem, responsável e proprietária da edificação, tenha buscado tal auxílio perante o governo ou a Mitra, mas nada encontrei. Devido à falta de legislações que protegessem e fiscalizassem a conservação do bem patrimonial durante esta década, a edificação ficou relegada a intervenções que alteraram sua estrutura. Também esta década carecia de investimentos na área cultural e orientações ao proprietário e a sociedade sobre a importância da edificação, o que deixava nas mãos dos proprietários a responsabilidade da conservação e restauro do bem.

Mesmo tendo que prestar conta a Mitra Metropolitana de Florianópolis, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco faz parte da jurisdição da paróquia Nossa Senhora de Desterro e Santa Catarina (a Catedral de Florianópolis), o que pude perceber através de conversas informais e constatei ao tentar me aproximar para obter informações, é que a Ordem é muito reservada e fechada com relação à administração dos seus bens.

¹⁴ Ibidem, p. 9. Acredito que esta placa referencie o financiamento do Estado para esta obra, já que no relatório não é mencionado nenhum gasto da Ordem neste período com intervenções. A única menção deste episódio no relatório remete ao ano de 1957, onde é comunicado o envio de uma carta ao Governador Irineu Borhausen divulgando para conhecimento dele sobre a afiação da placa.

Esse período é marcado por intensa manifestação da Ordem perante meios de comunicação, mais especificamente os jornais. A década de 1970 foi bastante conturbada e até os anos 80 gerou bastante polêmica entre a Ordem e os governos municipal e estadual, e dentro deles, com os órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio. Polêmicas estas que vão desde intensos pedidos de restauro, à responsabilidade com relação à conservação e restauro da Igreja, além de reformas ocorridas que não foram autorizadas pela Mesa Administrativa da Ordem. Essa parte será mais bem trabalhada e discutida com mais detalhes no seguinte capítulo deste TCC.

1.1 Legislação Patrimonial

Em Santa Catarina, por um longo período prevaleceu à preservação de imóveis onde ocorreram fatos históricos que remetessem a formação do Brasil. É sabido que inicialmente a salvaguarda do Patrimônio Material no estado iniciou-se pelo Governo Federal através do tombamento de quatro Fortalezas (1938) e da casa de Victor Meirelles (1950)¹⁵. Em âmbito nacional o SPHAN, atual IPHAN, contemplou bens oriundos do patrimônio arquitetônico conhecidos por “pedra e cal” que remetiam aos colonizadores portugueses. A totalidade dos tombamentos ocorridos neste período foi realizada durante o que se chama de fase heroica da instituição no intuito de preservar signos representativos do período colonial no Brasil, tal como o tombamento das Fortalezas e a casa de Victor Meirelles¹⁶.

Na década de 1970, seguindo as diretrizes da UNESCO, o IPHAN, em sua nova fase, assumiu o papel de negociador onde o ponto principal era conciliar interesses e sensibilizar para a preservação do patrimônio. Tentava-se demonstrar a relação entre o valor cultural e o valor econômico, considerando os bens patrimoniais como mercadoria de potencial turístico que poderiam contribuir para o desenvolvimento brasileiro. Pela necessidade da criação de

¹⁵ Atualmente cerca de oitenta e seis bens foram tombados a nível federal no Estado de Santa Catarina. Lista dos bens tombados a nível federal disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1hd0lelkgrQZtSaXWdsTIFOPXPctfKsa0zTIW_rmEzyM/edit?pli=1#gid=0>Acessado dia: 25/11/2014.

¹⁶ ADAMS, Betina, **Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História**. Florianópolis: Editora UFSC, 2002. p. 37.

parcerias foram realizados encontros com governadores, onde participavam também secretários estaduais, prefeitos e representantes de instituições culturais, contemplando uma atuação em conjunto entre estados e municípios à defesa do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do país. O Compromisso de Brasília¹⁷ (1970) e o Compromisso de Salvador¹⁸ (1971) são resultado dessas reuniões. Foram incorporados os princípios da Carta de Veneza¹⁹ e deu-se início a uma política de descentralização e de estratégia de fortalecimento da política de preservação para criar legislações estaduais específicas e órgãos locais de patrimônio, tendo como base os compromissos internacionais e o envolvimento dos estados, municípios e outros setores governamentais e comunitários²⁰.

Foi durante esse período conturbado de criações de legislações para salvaguarda do patrimônio, tanto a nível estadual quanto a nível municipal, que a Igreja primeiramente foi tombada pelo município. O processo de preservação do patrimônio cultural em Florianópolis iniciou-se em 1974, sob a Lei Municipal 1202, de 02/04/1974, que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município e cria o órgão competente, SEPHAN²¹. Esta estrutura administrativa conta com a colaboração de uma comissão técnica, COTESPHAN²², que, através da representação de diferentes entidades, atua

¹⁷ Proposta da criação de órgãos estaduais e municipais articulados com os Conselhos Estaduais de Cultura e o IPHAN, bem como com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF. Idem, p. 43.

¹⁸ Recomendava a criação do Ministério da Cultura e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual. Idem, p. 43.

¹⁹ Carta de Veneza- Carta Internacional sobre conservação e restauro de monumentos e sítios. É considerada um marco internacional, por sintetizar a experiência de várias décadas de prática na área da preservação e restauro. Foi aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorridos em Veneza em maio de 1964.

²⁰ Idem, p. 43.

²¹ O SEPHAN é responsável por elaborar e executar a política de preservação do patrimônio e cultural de natureza material do município de Florianópolis, visando à manutenção e valorização de sua identidade cultural de natureza material. O acervo cultural - histórico, artístico, arquitetônico e paisagístico é representado pelo casario, espaços, paisagem e geografia, incluindo também malha viária e praças, bens móveis, obras de arte, locais de memória e o acervo arqueológico (pré-histórico, histórico e subaquático). Estas ações contemplam o planejamento, execução, controle, fiscalização e operação vinculadas à preservação do acervo cultural de natureza material, em especial ao planejamento físico, visibilidade e valorização das áreas históricas, monumentos protegidos e suas respectivas áreas de entorno. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>>. Acessado dia: 30/04/2014.

²² A COTESPHAN – Criada em 1974, a Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município, é composta por representantes de diferentes instituições vinculadas à cultura e ao patrimônio ambiental, sendo presidida pelo IPUF. Fazem parte, em

na assessoria sobre questões pertinentes ao patrimônio histórico/cultural. É importante ressaltar que esta ação, voltada para a proteção do acervo patrimonial existente, constituiu-se em uma das iniciativas pioneiras em âmbito municipal no Brasil²³.

Com a transferência do SEPHAN que até 1979 estava ligado à Secretaria Municipal de Educação, para o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis–IPUF, a preservação do patrimônio passou, a partir daquela data, a ser elemento integrante do planejamento urbano da cidade. Sendo assim, foi dada também prioridade à preservação de conjuntos arquitetônicos²⁴.

O ano de 1985 foi marcado pelo empenho em vincular a preservação com o planejamento urbano da cidade, o que resultou na consolidação da legislação urbana, realizada inicialmente através da proposta do Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo dos Balneários do Interior da Ilha (Plano Diretor dos Balneários), preservando os núcleos do interior da ilha, notadamente Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição²⁵. Desta maneira, a proteção do acervo patrimonial foi sendo concretizada não só através de decretos municipais de tombamento expedidos pelo Executivo²⁶, como também devido ao seu reconhecimento pelo poder legislativo.

Logo após a criação deste órgão e de legislações de proteção ao Patrimônio, deu-se início ao processo de tombamento de bens materiais em Florianópolis. A exemplo da política nacional, inicialmente a preservação contemplava apenas os grandes monumentos, tanto que até 1985 só haviam sido tombadas dez edificações, na maioria delas, igrejas. No mesmo decreto

âmbito federal: Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional–IPHAN e Universidade Federal de Santa Catarina–UFSC; em âmbito estadual: Fundação Catarinense de Cultura – FCC, Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina–FATMA e Universidade do Estado de Santa Catarina–UDESC, e em âmbito municipal: Fundação Franklin Cascaes - FFC, Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos–SUSP e Procuradoria Geral do Município, e como entidades de classe: Instituto de Arquitetos do Brasil–IAB/SC e Ordem dos Advogados do Brasil–OAB/SC. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>>. Acessado dia: 30/04/2014.

²³ ADAMS, Betina; ARAÚJO, Suzane Albers. **Experiência Municipal de Preservação do Patrimônio Ambiental-Culturas Urbano - Florianópolis / Santa Catarina**. Florianópolis, julho de 2003. p. 2. Disponível em: <http://www.helsinki.fi/aluejakulttuurintutkimus/tutkimus/xaman/articulos/2004_01/experiencia_municipal_preservacao.pdf> Acessado dia: 01/05/2013.

²⁴ Ibidem, p. 3.

²⁵ Ibidem, p. 4.

²⁶ O Prefeito Municipal delibera, através da assinatura do decreto municipal, com base nos pareceres técnicos do SEPHAN e recomendação da comissão técnica consultiva, COTESPHAN. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>> Acessado em: 30/04/2014.

de tombamento da Igreja São Francisco da Penitência foram tombadas também as Igrejas Nossa Senhora do Rosário e São Benedito e as Igrejas dos distritos do Ribeirão da Ilha, Lagoa, Canasvieiras e Santo Antônio de Lisboa.

A proteção do patrimônio cultural de caráter material se dá por meio dos seguintes instrumentos:

1. Decreto de Tombamento: instrumento assinado pelo Executivo e decorrente de processo administrativo de tombamento;

2. Legislação Urbana: os Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo instituíram as Áreas de Preservação Cultural – APC, delimitadas em plantas urbanas, definindo conceitos e normas de uso e manejo.

3. Benefícios urbanísticos e fiscais complementares, a exemplo da isenção de IPTU e a transferência do direito de construção²⁷.

Sendo assim, o tombamento da Igreja a nível municipal deu-se pelo Decreto Municipal nº1341/75 e segundo a Lei Complementar nº001/97 (Plano Diretor do Distrito Sede) está situado em área de Preservação Cultural (APC-1) e faz parte do conjunto tombado pelo Decreto Municipal nº270/86, sendo que a edificação está classificada como P1 pelo Decreto Municipal nº521/89. Desta maneira, o imóvel deverá ser preservado na sua totalidade. A justificativa para o tombamento do imóvel é por tratar-se de um monumento de excepcional valor histórico, artístico e arquitetônico e este deverá ser totalmente preservado, tanto no seu exterior, quanto no seu interior, incluindo o acervo museológico, os elementos artísticos e ambiência externa e por também representar arquitetura colonial e especialmente influência da cultura açoriana. Qualquer intervenção na edificação deverá ser precedida de solicitação específica, que será analisada pelo IPUF/SEPHAN.

Paralelo a estas medidas o Governo do Estado vinha investindo em medidas para estruturar um órgão voltado mais diretamente para a preservação do Patrimônio. Oswaldo Cabral foi representante da comissão especial de estudo para a elaboração do projeto de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Paisagístico do

²⁷ Ibidem.

estado. Esta proposta deveria ser implantada pelo governo estadual no governo de Ivo Silveira, mas não foi executada. Sendo assim, Cabral recusou o convite para participar do Conselho Estadual de Cultura, pois o governo não havia cumprido com o compromisso da criação do Palácio de Cultura e o projeto da organização da Diretoria do Patrimônio Histórico Estadual²⁸.

O anteprojeto de lei que ele elaborou definiu os objetivos do Conselho e delineou seu funcionamento, remetendo a forma de atuação sobre os bens tombados à normatização federal que estava em vigor, confirmando forte presença do instituto federal de preservação do patrimônio estadual. No entanto, o vínculo com o DPHAN trazia um novo elemento: a descentralização administrativa, com estruturas em institutos municipais, o que ia ao encontro dos objetos federais. A proposta é que o Conselho fosse composto por um colegiado, com representantes de diversos órgãos e deliberações executadas por uma diretoria. Às atribuições do Conselho eram as seguintes: proteger, gerenciar e inventariar. No entanto, a os conceitos dos objetos a serem preservados ainda estavam indefinidos, citando “paisagens”, “formações naturais” e também “medidas que tenham por objetivo o enriquecimento do patrimônio histórico, arqueológico, artístico e religioso do estado de Santa Catarina²⁹”.

No ano de 1974, enfim é assinada a Lei Estadual dispendo sobre a proteção do patrimônio cultural do estado. Esta tinha por base a legislação federal de 1937. Explicitava que o tombamento seria efetuado pela Secretaria do Governo, através do Departamento de Cultura, ouvido o Conselho Estadual de Cultura. Condicionava a aprovação dos bens imóveis à homologação do Governador e dos bens móveis ao Secretário da pasta responsável pelos Negócios da Cultura³⁰. Diferente das legislações federal e municipal que já estavam em vigor, a legislação de proteção cultural do estado posiciona-se quanto à questão da preservação dos monumentos naturais e paisagens. Sendo assim, na estruturação institucional da salvaguarda ao patrimônio ambiental, ocorreu a partir da criação de uma instituição com atribuições

²⁸ ADAMS, Betina. Op cit. p. 45.

²⁹ Ibidem, p. 45.

³⁰ ADAMS, Betina, op. cit. p. 45.

específicas, a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente – FATMA criada pelo Decreto Estadual 662/1975³¹.

Já o início da década de 1980 é marcado pela consolidação das estruturas administrativas da União e do Governo do Estado na área de preservação do patrimônio cultural em Santa Catarina. Sendo assim, o governo do estado criou a Fundação Catarinense de Cultura - FCC³², uma nova legislação de proteção ao patrimônio sucedeu à estruturação administrativa estadual, o que difere da normatização anterior em relação à redação e a manter-se similar e mais próximo da legislação federal de 1937. A FCC então voltou sua atenção à preservação do patrimônio edificado com destaque no interior do estado que até então não contava com esse tipo de proteção³³.

Além de já contar com tombamento pelo município a Igreja São Francisco acabou sendo tombada a nível estadual pelo Decreto Estadual nº2998/98³⁴.

Neste contexto, desde logo incidirão sobre os efeitos da mencionada Lei. Assim, toda e qualquer obra não poderá ser executada sem prévia autorização da Fundação Catarinense de Cultura, bem como fica a alienação do bem condicionada à prévia manifestação do Estado³⁵.

1.2 Público x Privado

A Igreja da Ordem Terceira como já comentado anteriormente sofreu algumas intervenções durante os seus quase 200 anos de história – ora com verba levantada pela Ordem, ora com verba do governo estadual. Durante a pesquisa comecei a me questionar sobre a quem ou a que órgão pertencia à edificação.

³¹ Ibidem, p.46.

³² Criada pelo Decreto Estadual 7.439 de 24/04/1979, substituindo o Departamento de Cultura.

³³ ADAMS, Betina, op. cit. p.61.

³⁴ Disponível no site: <<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4402/leidotombamentoestadual>> Acessado dia 06/06/2013.

³⁵ SANTA CATARINA. Lei 5.846, de 22 de dezembro 1980. Notificação de Tombamento nº009/97. Fundação Catarinense de Cultura – FCC.

A edificação da Igreja é propriedade da Ordem Terceira que mesmo tendo que prestar contas à Mitra Metropolitana de Florianópolis, o que se sabe e se vê é que a Ordem controla as informações referentes à sua história e tem bastante autonomia no que diz respeito à Igreja e seus bens. Pude obter essa informação através de uma visita ao arquivo da Mitra Metropolitana de Florianópolis onde não encontrei grande acervo referente à Igreja - mas sim cartas trocadas entre os membros da Ordem.

A Igreja de São Francisco faz parte da comunidade da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, ou seja, está sob jurisdição eclesiástica da Catedral de Florianópolis que consequentemente presta contas à Mitra Metropolitana da cidade.

A Diocese³⁶ de Florianópolis foi criada em março de 1908, a Secretaria da Sagrada Congregação Consistorial e do Sacro Colégio (hoje Sagrada Congregação para os Bispos) instituiu o desmembramento do Estado de Santa Catarina do Bispado de Curitiba, no Paraná, elevando a Matriz de Nossa Senhora do Desterro a Catedral³⁷. No ano de 1927 o Bispado de Florianópolis foi elevado a Arcebispado, deixando de ser sufragâneo³⁸ de Porto Alegre.

A Mitra Metropolitana de Florianópolis é o órgão responsável pela administração do patrimônio da Arquidiocese³⁹ de Florianópolis, bem como dos

³⁶É a circunscrição eclesiástica dirigida pelo bispo. Ela é também chamada de Bispado. O Código do Direito Canônico, no nº 369, afirma que a diocese é a “porção do povo de Deus confiada a um bispo”. Lá existe a Cúria Diocesana, ou seja, o conjunto de organismos com os quais o bispo governa pastoralmente. Site: Disponível no site: <<https://sites.google.com/site/laboteste/home/qual-a-diferenca-entre-diocese-e-arquidiocese-bispo-e-arcebispo>> Acessado dia: 12/05/2014.

³⁷ Disponível no site: <http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=12&cod_002=7> Acessado dia:12/05/2014.

³⁸ Definição dicionário: Diz-se do bispo ou da diocese sujeita a um metropolitano. 2. Que depende de um superior. "sufragâneo". Disponível no site: <<http://www.priberam.pt/DLPO/sufrag%C3%A2neo>> Acessado dia 28-05-2014.

³⁹É a província eclesiástica que abrange todas as dioceses de uma região. Quem a governa e a preside é o bispo mais importante: o Metropolitano, que, a partir do ano de 1301, passa a se chamar Arcebispo (bispo que possui a missão de ser chefe espiritual e de jurisdição da Arquidiocese ou também chamada MetrÓpole). Podemos dizer que a Arquidiocese é a Diocese do Arcebispo. Cada arquidiocese possui uma “Catedral”, local onde se encontra a “cátedra” – cadeira – do Arcebispo. Na paramentação litúrgica, o arcebispo metropolitano distingue-se pelo uso do pálio (Tem a forma de uma faixa circular que carrega sobre os ombros e da qual pendem ante o peito e nas costas duas atiras retangulares, tudo de lã branca, se destacando dela seis cruces de seda negra ou vermelha). Disponível no site: <<https://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/30.htm>> Acessado dia: 12/05/2014.

patrimônios das Paróquias, Seminários e outros que lhe são afetos. A Mitra está registrada como pessoa jurídica da Arquidiocese de Florianópolis, e uma Entidade de direito privado⁴⁰, sem fins lucrativos, de finalidade religiosa e caráter filantrópico, reconhecida de utilidade pública por sua própria natureza⁴¹.

Numa conversa informal que tive com frei Günther, atual pároco responsável pela Igreja, ele me contou da dificuldade de poder administrar a Igreja devido a essa autonomia e concentração de poder por conta da Ordem e da recusa em acatar decisões da Mitra.

Na Ação Popular movida pelo advogado Izidoro Azevedo contra o Município, o Estado e a Mitra Metropolitana de Florianópolis no ano de 2009⁴², este afirma que a Igreja é propriedade desta última citada que conseqüentemente é propriedade da ICAR⁴³. “Que mesmo sendo detentora de muitas propriedades ao redor do mundo, conta ainda com imunidade tributária e mesmo sendo proprietária da edificação da Igreja São Francisco, não lhe é exigido pelo poder público e pelos órgãos responsáveis por promover o tombamento os devidos serviços de manutenção, o que faz com que a comunidade se sensibilize e force os poderes públicos a utilizarem recursos do contribuinte (incluindo o que não são católicos, nem religiosos) para fazer a restauração do templo”.

De acordo com o site do IPUF a recuperação do imóvel privado protegido é executada pelos proprietários:

⁴⁰Conforme o Art. 44 do Código Civil brasileiro de 2002 são pessoas jurídicas de direito privado: as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada. As pessoas jurídicas de direito privado são instituídas por iniciativa de particulares. As pessoas jurídicas de direito privado dividem-se em duas categorias: de um lado, as estatais; de outro, as particulares. Para essa classificação interessa a origem dos recursos empregados na constituição da pessoa, posto que são estatais aquelas para cujo capital houve contribuição do Poder Público (sociedades de economia mista, empresas públicas) e particulares as constituídas apenas com recursos particulares. A pessoa jurídica de direito privado particular pode revestir seis formas diferentes: a fundação, a associação, a cooperativa, a sociedade, a organização religiosa e os partidos políticos. Disponível no site: <<http://www.normaslegais.com.br/guia/pessoas-juridicas.htm>>Acessado dia: 18/05/2014.

⁴¹ Disponível no site <http://arquiIn.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=12&cod_002=7> Acessado dia: 12/05/2014.

⁴²SANTOS, Izidoro Azevedo dos. Ação Popular nº 23.09.070384-0, conta a Mitra Metropolitana de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis. Data: 12/10/2009.

⁴³ Igreja Católica Apostólica Romana.

A recuperação do imóvel privado protegido é realizada pelos proprietários, entretanto, há a participação indireta do município na preservação destes, por meio da concessão de incentivo fiscal e urbanístico. Estas concessões são fornecidas mediante a solicitação do proprietário, por processos administrativos de Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano -IPTU e/ou de Transferência do Índice de Construção. Conforme o estado de conservação da edificação é possível conceder a redução de até 100% do IPTU. Por tratar-se de uma avaliação anual, este instrumento favorece o monitoramento de imóveis tombados, sendo este um dos indicadores utilizados pelo SEPHAN para avaliar o estado de conservação de imóveis protegidos⁴⁴.

Nas minhas pesquisas não encontrei nenhuma referência afirmando que a igreja fosse isenta de algum imposto, porém é possível que esta conte com alguma isenção, de acordo com a Lei Municipal nº 1.835/82, de 10 de fevereiro de 1982 – que cria o benefício da isenção de IPTU para imóveis preservados e o Decreto Municipal nº 040/90, de 29 de janeiro de 1990 – que regulamenta a redução do IPTU sobre imóveis que possuam valor histórico, artístico e/ou cultural.

1.3 Reforma x Restauo

Durante minhas pesquisas em jornais, reparei na ambiguidade com que ora os autores das matérias caracterizavam as intervenções realizadas na edificação como restauro, ora como reforma. Por isso antes de dar início ao próximo capítulo, optei por esclarecer a diferença entre restauro e reforma. Optei por esclarecer aqui para deixar claro ao leitor que estou dando voz aos agentes da época.

⁴⁴ ARAÚJO, Suzane Albers; NUNES, Maria Anilta; ADAMS, Betina Maria. Política de Preservação do Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial. Florianópolis, agosto de 2012. Disponível no site: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/12_09_2012_17.59.17.228578edd7e825f7ffe8b469a50be259.pdf> Acesso no dia: 25/11/2014.

Segundo Scharf⁴⁵ o desenvolvimento da restauração pode ser dividido em quatro períodos: Com início na renascença italiana, logo pelo conturbado século XVIII, seguido pela organização dos estados modernos no decorrer da revolução industrial do século XIX e por fim pelo século XX que, é marcado pelo acontecimento de duas guerras mundiais e o desenvolvimento pós-industrial que teve início pós-segunda guerra, o que propiciou o desenvolvimento de materiais para a criação de métodos de conservação. O conceito de “patrimônio” também sofreu transformações estendendo-se a diferentes áreas. O que teve como resultado uma diversidade de objetos em diferentes condições, históricas, físicas e sociais também diversas, dificultando igualmente sua conservação. A mudança de mentalidade do homem do século XVIII faz com que passe a ser considerado o valor histórico dos objetos⁴⁶.

O século XVIII é marcado por diversos acontecimentos e fatores, como a consolidação das coleções e logo a criação dos primeiros museus que contribuíram para a definição do conceito moderno de restauração. A necessidade de conservar objetos materiais que represente o passado fragmentado força os poderes públicos a institucionalizar uma prática que conserve e salvasse estes objetos no agora e no futuro. Sendo assim, a prática da restauração, dá início à valorização dos objetos nomeados pelas instituições, criando a ligação entre nós e os fatos passados que são representados por estes objetos. Já no século XIX ocorre pela primeira vez a sistematização dos procedimentos de restauração, momento que em que o quadro cultural político está em definição e nasce a problemática da restauração. É aqui que ocorrem as primeiras preocupações em relação ao material original e os problemas que estão ligados a ele⁴⁷.

Surge então a distinção do que seria o restaurador e o pintor-restaurador.

⁴⁵ SCHARF, Claudia P. O Desenvolvimento da restauração de bens culturais: uma abordagem histórica. In **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais**. Ouro Preto, 3-8 de novembro, 1996.

⁴⁶ Ibidem, 80.

⁴⁷ Ibidem, 81.

A restauração é então definida como sendo uma atividade autônoma, separada da produção artística e tendo um status próprio, ainda que diferente do atual⁴⁸.

É também durante o século XIX que é estabelecido o caráter filosófico sobre as práticas restauradoras. Este século é caracterizado por duas teorias contraditórias que compõem o desenvolvimento da teoria de restauração: o pensamento de Viollet-le-Duc⁴⁹ e o do John Ruskin⁵⁰.

Contemporâneo, um dos principais nomes da restauração certamente é Cesare Brandi⁵¹.

A restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, visando sua transmissão ao futuro⁵².

Brandi fundamenta o restauro crítico, trazendo para a sua expressão mais elevada a “linha crítica” da tradição do século XIX, que devido a sua influencia pôde se impor não apenas em seu país, como na Europa e no mundo⁵³.

Se não para a teoria da restauração, ao menos na sua prática o debate assim aberto continua atual, passando tanto pela complexidade dos aspectos estéticos, históricos e físicos mesclados a diferentes categorias de valores da sociedade contemporânea. A crescente demanda de trabalhos na

⁴⁸ Ibidem, 81.

⁴⁹ Viollet-le-Duc Eugène Emmanuel foi um arquiteto francês ligado à arquitetura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico. Enfatizava a necessidade de conhecer os monumentos tanto no que diz respeito a valor artístico como histórico antes dar início a restauração, o que contribuiu na preservação de muitos edifícios históricos.

⁵⁰ John Ruskin foi um escritor mais lembrado por seu trabalho como crítico de arte e crítico social britânico, seus ensaios sobre arte e arquitetura foram extremamente influentes na era Vitoriana. Ruskin criticava a substituição dos materiais originais por modernos e reforçou a importância da manutenção constante nos bens para que fosse evitada a restauração.

⁵¹ Cesare Brandi (Itália 8/4/1906 - 19/01/1988). Poeta, pintor, escritor de livros de viagens escreveu muitas obras, ensaios e intervenções jornalísticas e televisivas, aos diferentes domínios da criatividade artística e a salvaguarda das obras de arte.

⁵² SCHARF, Op. cit. p. 80.

⁵³ FANCELLI, Polo; RODRIGUES, Delgado; SERUYA, Ana; PEREIRA, Paulo; CAETANO, Joaquim; PROENÇA, Nuno; MARREIROS, Luís; SALVADOR, Fernando; CHAROLA, Elena; AGUIAR, José. **Cesare Brandi: Teoria e Praxis no Restauro Arquitectónico**. Curso de mestrado em Reabilitação de Arquitetura e Núcleos Urbanos. Lisboa, s/d.

área de restauração, devido ao aumento das coleções públicas e privadas e a introdução da ciência nesta disciplina, deu-se início a colaboração de profissionais de diversas áreas, deste modo, além de contar com o julgamento crítico de cada restaurador este ainda conta com o parecer de diversos profissionais o que torna o trabalho menos subjetivo e mais preciso⁵⁴.

A polissemia da obra de arte permite “n” interpretações e diversas possibilidades de restauro, além disso, é preciso considerar a subjetividade do restaurador. Este último interpreta a obra que ele restaura de acordo com seu contexto sócio histórico, mas é preciso levar em consideração também o contexto da obra⁵⁵.

Segundo as informações disponíveis no Grupo de Trabalho Patrimônio Histórico e Arquitetônico – 2008 Crea-SP⁵⁶- a restauração é um conjunto de atividades que visa restabelecer o estado original ou o mais próximo deste e anterior aos danos resultantes da ação do tempo, ou do próprio homem em intervenções que descaracterizam um bem imóvel ou móvel. Com a restauração propõe-se garantir a permanência de um testemunho físico e real do passado para gerações futuras. Os processos de restauração são orientados pelas cartas patrimoniais⁵⁷. Como princípio geral, quando um patrimônio necessita de alguma intervenção, é fundamental que a mesma se restrinja especificamente ao necessário e que seja passível de reversão. É importante que as mudanças realizadas sejam documentadas, para não serem confundidas com a obra original, porém não se pode interferir na harmonia de sua estética. As intervenções realizadas no bem patrimonial devem ser sempre reversíveis⁵⁸.

⁵⁴ SCHARF, Op. cit. p.81.

⁵⁵ Ibidem, 83.

⁵⁶ Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo.

⁵⁷ São diretrizes para a conservação, manutenção e restauro do patrimônio histórico, local, regional, nacional ou mundial. Estas tratam da evolução conceitual e das formas de ação sobre um patrimônio histórico e arquitetônico. As cartas patrimoniais refletem o que se pensou e o que se pensa no âmbito da comunidade de especialistas e organismos nacionais e internacionais que trabalham com a preservação de patrimônios culturais. Os órgãos de preservação do patrimônio histórico, local, regional, nacional ou mundial, são em sua maioria os editores das cartas patrimoniais, que frequentemente redundam em leis e decretos locais. As cartas começaram com a Carta de Atenas, em 1931, e hoje somam mais de 40. Disponível no site: <http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf> Acessado dia: 18/05/2014.

⁵⁸ Idem.

Quando um trabalho de restauro é realizado é necessário reconstituir o mais próximo possível da obra original, porém sem cometer um falso histórico (quando uma obra tem características históricas, se faz passar por antiga, porém é um edifício novo, muitas vezes imitando o estilo original do artista). Também é importante que se deixem transparecer os traços do tempo sobre a obra, lhe conferindo identidade temporal⁵⁹.

Como já dito anteriormente, o debate sobre a prática da restauração continua aberto. O que obriga o restaurador fundar sua ação sobre um diagnóstico e um julgamento crítico circunstanciais, considerando que:

a conservação do patrimônio é um problema essencialmente cultural. Consequentemente, se os objetivos culturais do trabalho não são claramente definidos, as considerações técnicas serão vazias de um suporte crítico-cultural necessário⁶⁰.

Para que se possa evitar ao máximo a restauração é de extrema importância o ato da conservação. Este é constituído por processos que visam à manutenção do patrimônio, sem alteração de suas características, o que demonstra uma forma de preservar seu significado cultural.

. Com relação ao conceito de reforma, esta não é necessariamente uma intervenção de especialistas em restauração; trata-se da simples transformação do objeto, adequando-o às necessidades contemporâneas e não há obrigatoriedade que as mudanças sejam reversíveis e nem é necessário se utilizar de técnicas específicas de conservação⁶¹.

Esclarecidos os assuntos abordados darei início ao segundo capítulo deste trabalho, onde o foco está na análise dos jornais correspondentes a toda a década de 1970 e as tensões ocorridas durante esse período entre o governo estadual e a Ordem, tanto no que diz respeito à verba quanto à responsabilidade de conservação e restauro da Igreja.

⁵⁹ Disponível no site: <<http://estudantesdearquitetura.com.br/diferencas-entre-restaurar-reformar/>> Acessado dia: 20/05/2014.

⁶⁰ SCHARF, Op. cit.82.

⁶¹CREA/SP, op. cit.

2. Década de 1970: uso de jornais e disputas de poder

Para compor este capítulo foram realizadas intensas pesquisas em jornais de toda a década de 1970. Além de pesquisar acervos como da Biblioteca Estadual de Santa Catarina, pesquisei também no arquivo da Casa da Memória, da Fundação Catarinense de Cultura e arquivo histórico da Arquidiocese de Florianópolis. Porém, durante minhas idas à Igreja para acompanhar a missa ou observar o movimento, acabei conhecendo uma senhora que em muito me ajudou durante toda pesquisa.

Esta senhora trabalhava como secretária da Ordem em meados de 1975 e continua frequentadora assídua da Igreja. Mesmo não tendo mais nenhum cargo dentro da Ordem, continua mantendo vínculo, trabalhando como voluntária nas distribuições de doações para os necessitados, entre outras atividades. Ela se disponibilizou um dia a ter uma conversa informal comigo, conversamos bastante sobre sua trajetória dentro da Ordem como secretária, sobre a história de São Francisco e sobre eventos religiosos em Florianópolis, já que na época que conversamos era próximo do feriado de Corpus Christi. Ao comentarmos o assunto ela explicou como são feitas as confecções dos tapetes no centro de Florianópolis e me convidou para o evento, além disso, contou que fora as doações dos fiéis, esporadicamente ela e algumas outras senhoras fazem artesanatos para vender nas feiras e levantar fundos para a Igreja. Antes de finalizarmos nossa conversa, mais uma vez ela gentilmente se disponibilizou a dar um passeio comigo pela Igreja e eu muito curiosa aceitei.

Numa de manhã de quarta-feira fizemos um passeio diferente pela Igreja. Além de visitar lugares já conhecidos pude conhecer os bastidores, conduzida pela senhora, que tem livre acesso à Igreja e aos arquivos da Ordem. Esta senhora me apresentou o que seria uma espécie de biblioteca. Esta não está disponível à consulta devido ao mau estado de conservação e acondicionamento dos livros e documentos ali guardados⁶², porém não tive acesso nem dei do que se trata o conteúdo desta biblioteca. Ela também me explicou que os livros que fazem parte do acervo da Igreja não podiam ser

⁶² Em algum momento que ela não lembrou quando e nem soube me dizer ao certo se era da prefeitura ou da FCC, algum técnico esteve por ali e checkou todos os documentos e deu este parecer de que ninguém tocasse naquele acervo. Esta pessoa informou que voltaria para continuar o trabalho, mas nunca mais voltou, segundo as palavras desta senhora.

consultados pela falta de cuidado no armazenamento destes documentos – eles estão empilhados em uma estante antiga de madeira encostada numa parede completamente tomada pela umidade. Sendo assim, ela mesma criou um novo acervo onde todos pudessem ter acesso, mas ela também não deixou claro quem poderia consultar esse acervo e nem de que tipo de livro era composto o acervo.

Sem nenhuma formação pra desempenhar esse tipo de atividade essa senhora desenvolveu um trabalho considerável no que diz respeito a catalogar documentos e notícias publicadas sobre a Igreja São Francisco. Ela explicou que durante o período que tinha o cargo de secretária dentro da Ordem, desenvolveu o papel de conservar e organizar documentos e jornais. Foi quando tive acesso a uma pasta em que ela havia disposto todos os recortes de jornais que tinham alguma notícia sobre a Igreja. Os jornais estavam muito bem conservados e poucos não continham referências.

Não posso aqui citar nomes, pois não fui autorizada e também não me foram concedidas entrevistas durante esses encontros. Como já descrito na introdução, frequentei a Igreja durante meu processo de pesquisa. Antes sem nenhuma informação, aos poucos fui me aproximando daqueles que eu via que frequentemente estavam nas missas. Também tive algumas conversas com as senhoras que trabalham na parte da Igreja onde vendem artigos religiosos. Nem sempre tive sucesso nas minhas tentativas de conversas com as pessoas, tanto que não consegui a entrevista com esta senhora que pelo que me pareceu, queria dar informações, sem que seu nome fosse associado a isso. Igualmente tentei contato com o Padre, mas o primeiro contato foi sem sucesso, já que quase este não tinha tempo e quando comentei sobre meu trabalho ele não demonstrou grande simpatia e me disse que qualquer informação que eu quisesse “encontraria nos documentos”. Mesmo com algumas negativas e não conseguindo entrevistas eu não poderia deixar de mencionar meus caminhos de pesquisa, pois foi com muitas destas informações que recolhi que consegui construir meu trabalho.

Faz-se importante falar de todo esse caminho que percorri, pois consiste no momento em que cheguei a uma das minhas principais fontes utilizadas neste trabalho: o jornal. Quando me deparei com muitos recortes de

jornais, alguns com suas devidas referências, pude perceber o quão importante foi o empenho desta senhora em conservar estas fontes. Esse foi meu primeiro contato com notícias da década de 1970 sobre a Igreja; foi também o momento em que me dei conta de toda complexidade que cercava a história da edificação como bem patrimonial. As notícias em sua maioria correspondiam à década de 1970 sobre as diversas intervenções que a Igreja sofreu durante este período, porém havia outras de comemoração ao aniversário de criação da Ordem e da inauguração do lar de repouso no Ribeirão da Ilha. Com a autorização desta senhora, fotografei todos os recortes que estavam no acervo da Igreja e a partir destas notícias, iniciei minha saga pelos principais jornais de Florianópolis correspondente a esse período onde foquei no fim da década de 1960 até 1981.

A pesquisa em periódicos foi de extrema importância para compor este trabalho, pois como já mencionado na introdução, a bibliografia sobre a história da edificação além de ser escassa em sua maioria é superficial quando o assunto são as intervenções que esta sofreu. Além disso, acredito que o trabalho do historiador é o de investigar nas mais diversas fontes informações para enriquecer o seu trabalho e problematizá-las.

Para elaborar este capítulo pesquisei nos três principais jornais da década de 1970 em Santa Catarina: o jornal “O Estado”⁶³, “A Gazeta”⁶⁴, e o “Jornal de Santa Catarina”⁶⁵.

⁶³O jornal “O Estado”, com sede em Florianópolis, foi fundado por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa e nasceu no início do século XX como veículo informativo diário e popular, dizendo-se órgão defensor e articulador dos interesses públicos, num contexto que a cidade estava passando por uma série de transformações, tanto urbanas quanto sociais. Sua publicação era diária e a primeira ocorreu em 13 de maio de 1915. Por muito tempo, os jornais do estado tiveram forte ligação com os partidos políticos, com o jornal “O Estado” não foi diferente, porém o posicionamento político mudava à medida que trocava seus dirigentes. Não era considerado um grande e respeitado jornal, era visto como uma escola de jornalismo. Em 1977 é reinaugurado totalmente reformulado onde passou a adquirir consistência editorial e sem qualquer vinculação partidária, sendo assim durante esta década o jornal viveu sua fase áurea no que diz respeito a termos de tiragem, circulação e prestígio por todo o Estado. PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: A comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli FCC Edições, 1992. p. 47.

⁶⁴Nenhuma informação bibliográfica sobre este jornal foi encontrada.

⁶⁵As décadas de 1970 e 1980 são marcadas por uma era de modernização tecnológica e um aumento da concorrência jornalística no estado de Santa Catarina, durante esta década foi dado início a uma nova etapa no setor das comunicações no estado, colocando-o efetivamente na era do jornalismo moderno. Na década de 1970 é criado em Blumenau o “Jornal de Santa Catarina”, que surgiu através da iniciativa dos empresários blumenauenses Wilson de Freitas Melro e Caetano Deecke de Figueiredo. Sua criação deu início a uma nova etapa no setor das

Novamente ressalto a importância de estudar a década de 1970, por ser uma década marcada pela criação de legislações para a salvaguarda do patrimônio tanto a nível municipal quanto a nível estadual e por ser o período o qual ocorreram sucessivas intervenções na edificação da Igreja, ora financiadas pela Ordem, ora pelo Estado, com ou sem acompanhamento de profissionais. Para agradecer e fazer denúncias a respeito de intervenções ocorridas na edificação, a mesa administrativa utilizou o jornal como um dos principais meios de comunicação. Ao que parece não houve preferência de publicar por determinado jornal, já que as notícias que encontrei estavam em três jornais diferentes que circulavam na época. Sendo assim, escolhi fazer um recorte temporal começando a pesquisa em jornais que correspondessem ao fim dos anos 60.

De todos os jornais os quais pesquisei nenhuma das matérias sobre a Igreja estavam assinadas por algum jornalista durante esse período. Geralmente eram notas, ou meia página poucas vezes uma página inteira dedicada apenas a Igreja. Algumas acompanhadas de fotografias, outras com e/ou depoimentos de algum membro da Ordem e poucas vezes não identificavam este membro. Os títulos das matérias na maioria das vezes giravam em torno da necessidade de restauro, do valor da edificação como patrimônio e a falta de legislação de proteção por parte do Estado.

Encontrei uma publicação no Diário Oficial⁶⁶ que data de agosto de 1969 onde a Ordem passa provisoriamente a administração da Igreja e dos bens desta para a Mitra Metropolitana de Florianópolis e aproveita esse momento para registrar a necessidade do templo ser “restaurado”. Dentro do período que escolhi trabalhar neste capítulo é a primeira vez que aparece a solicitação de restauro na edificação. Nesta mesma publicação foi esclarecido que toda a renda arrecadada durante este período de administração seria incorporada ao patrimônio da Ordem e que também era responsabilidade da

comunicações em Santa Catarina, colocando o estado efetivamente na era do jornalismo moderno. Coordenado pelo professor e jornalista gaúcho Nestor Fedrizzi, nasceu para inovar a imprensa catarinense, completando a primeira grande rede de comunicação do estado, sendo produzido e dirigido por jornalistas catarinenses e alguns do Rio Grande do Sul, trazendo o que havia de mais moderno em termos tecnológicos. Ibidem, 55.

⁶⁶ Diário Oficial, 19.08.1969.

Mitra conservar em arquivo próprio nas dependências da Igreja livros e documentos⁶⁷ de propriedade da Ordem.

Nos arquivos da Arquidiocese de Florianópolis encontrei correspondências trocadas, no início e meados da década de 1970, entre membros da Ordem e outros representantes da Ordem Terceira no Brasil, mais especificamente com o núcleo central localizado no Rio de Janeiro. Acredito que havia mais de cinquenta correspondências, não li, nem fotografei todas, fiz um recorte temporal priorizando o fim dos anos 60 até meados da década de 70.

Analisando-as foi possível perceber que o ato de confiar à Mitra a administração da Igreja e seus bens⁶⁸ deu-se por desentendimento durante as eleições da mesa administrativa referente ao ano de 1967 ou anterior, pois não há especificação e nem encontrei correspondências anteriores a esse ano, e isso rendeu a renúncia do ministro João Egídio da Silveira.

O Sr. me desculpe que só agora posso agradecer o seu atencioso telegrama, comunicando-me a sua renúncia ao Ofício de Ministro da Ordem. Eu de minha parte, só posso reconhecer o seu sincero esforço de servir a Ordem Terceira e ao bem da Igreja. Foram condições adversas independentes de sua vontade que não permitiram um desenvolvimento melhor da parte espiritual da Ordem⁶⁹

A organização da Ordem chega a impressionar pela preocupação e agilidade em informar tanto a instância maior de representação dos franciscanos no Brasil, como a registrar em cartório e enviar um comunicado ao gerente do banco onde a Ordem possuía uma conta, para informar que até resolverem a situação da mesa administrativa, a Mitra era única responsável pelos bens da Igreja.

Apraz-me comunicar a V. Excia. que, em substituição ao Dr. Mário Eduardo Tavares, passa a movimentar as cadernetas dos depósitos da Ven. Ordem Terceira de S.

⁶⁷ Os livros e documentos aos quais são referenciados na matéria do Jornal dizem respeito a história da Ordem, atas de reuniões, livros de batismo, livros de contábeis e etc.

⁶⁸ NIEHUES, Dom Afonso. Carta dirigida à João “Egydio” da Silveira. Florianópolis, 15 out. 1968. Arquivo Metropolitana de Florianópolis.

⁶⁹ HOEPERS, Frei Mateus. Carta dirigida à João “Egydio” da Siveira. Rio de Janeiro, 31 mai. 1967. Arquivo Mitra Metropolitana de Florianópolis.

Francisco, nesse banco, o Sr. Newton da Luz Macuco, juntamente com o Revmo. Sr. Mons. Frederico Hobold⁷⁰.

Encontrei também uma carta dirigida ao Delegado Regional da Receita Federal a qual alertava que o único responsável por administrar o patrimônio a Igreja era o Conselho Administrativo.

Declaro que, em virtude das Resoluções tomadas em reunião plenária da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Florianópolis, realizada legalmente aos 26 de abril de 1967, segundo consta na ata lavrada no mesmo dia, não existe nenhuma outra autoridade ou pessoa encarregada de administrar o patrimônio e a Igreja de S. Francisco, nesta capital a não ser o conselho administrativo segundo consta na Provisão, fotocópia inclusa⁷¹.

O motivo da renúncia do ministro não foi explicado em nenhuma das correspondências que li. O que se percebe na leitura é que mesmo após ter enviado esta correspondência anunciando sua renúncia, este continuava a falar aos jornais como se ainda exercesse o cargo, como consequência desta ação as demais correspondências enviadas a ele possuem um teor mais agressivo como na carta que o tesoureiro da Ordem envia ao ex-ministro:

Por dever da ética que, entre nós católicos deve existir, acuso recibo do seu despacho telegráfico de 14 do corrente, cujo respectivo conteúdo não me diz respeito, por ser um simples preposto de sua excelência reverendíssima, o Senhor Arcebispo Metropolitano, que tem a direta administração do patrimônio que integra a Igreja de São Francisco.

Daí, o fato de não acatar seus embargos, intimação ou ameaças, pedindo-lhe, outrossim, não voltar ao assunto,

⁷⁰ NIEHUES, Dom Afonso. Carta dirigida ao Baco Nacional do Comércio S.A. Florianópolis, 17 dez. 1968. Arquivo da Mitra Metropolitana de Florianópolis.

⁷¹ NIEHUES, Dom Afonso. Carta dirigida ao Delegado Regional da Receita Federal. Florianópolis, 3 out. 1970. Arquivo da Mitra Metropolitana de Florianópolis.

posto que não receberá deferência que estou dando ao despacho em tela, que só nos fornece atestado de muita confusão e doentio recalque dos “sinatários”, sem a mínima autoridade para a atitude que vem a tomar.

O que estamos realizando e o povo está constatando, é aquilo que os senhores signatários, por muitos anos não fizeram, procurando nós manter a integridade do templo, sem alteração de qualquer uma de suas linhas arquitetônicas.

Isto está recomendado pela Diretoria do Patrimônio Histórico, em correspondência ao senhor Osório França, cuja a respectiva cópia está em nosso poder.

Assim procedendo, não “receiamos” as penas dos tantos atos citados no início de seu despacho.

Estamos, pois, dentro da Lei!! – e as invencionices- os suposições doentias, não nos alcançam.

Quando o prezado amigo se apresentar em qualquer Repartição ou Serviço, seja honesto. Mostre não só a parte positiva do assunto e sim também a negativa, contida em correspondência que lhe tem enviado o senhor Arcebispo, negando-lhe aprovação para deliberação tomada sem qualquer cunho legal eclesiástico⁷².

Esta última carta permite interpretar que havia uma disputa com relação à administração do prédio, além da questão da conservação e manutenção da integridade do prédio. Peço ao leitor que guarde essas informações, que mais adiante serão mencionadas novamente com mais detalhes.

A partir de 1967 tornam-se recorrentes as publicações sobre a necessidade de restauro, não posso afirmar se este movimento ocorreu antes, pois escolhi um recorte temporal para trabalhar nesta pesquisa, o que exclui

⁷² MACUCO, Newton da Luz. Carta dirigida a João Egídio da Silveira. Florianópolis, 18 fev. 1971. Arquivo da Mitra Metropolitana de Florianópolis.

datas anteriores a 1967. O jornal “A Gazeta” durante três edições dominicais nas datas de 27, 11 e 18 de outubro de 1970 publicou em suas últimas páginas três dossiês. A primeira publicação⁷³ o ministro enumera os problemas que a edificação tem como: a necessidades de restaurar os altares; revisão de toda instalação de luz; “restaurar ao estilo primitivo ou semelhante” assoalho e o forro; restaurar e recuperar portas, janelas, fechadura; “restaurar ou recuperar a primitiva escada de madeira”; consertar e pintar os portões entre outros detalhes.

Já na segunda publicação de data de 27 de setembro de 1970⁷⁴ é apresentada algumas solicitações da Ordem ao governo para solicitar o restauro:

VIII

Em 11-07-1968 – A Venerável Ordem pede operários e materiais para o início das obras.

A Mesa Administrativa, em data de 11-07-1968, pelo ofício n.06/68, dizendo ser em aditamento ao ofício petição n.05/66, dirigido a 17-06-66 ao exmo. Senhor Governador do Estado; solicitou do senhor Secretário da Viação, operários classificados como: pedreiros carpinteiros e eletricitas, inclusive material, afim de iniciar as obras da “restauração e demais serviços” no edifício da Igreja São Francisco, não tendo recebido qualquer solução à respeito.

IX

20-10-67 a 09-06-69 – não consta nenhuma anotação na ficha de protocolo, fazendo compreender que o processo n.217/6, não teve andamento neste período, que se converteu em 1 ano, 7 meses e 19 dias de paralização.

O processo voltou a ser movimentado:

X

⁷³ O Patrimônio Bi-Secular da Ordem Terceira. **A Gazeta**, Florianópolis 27 set. 1970.

⁷⁴ O Patrimônio Bi-Secular da Ordem Terceira. **A Gazeta**, Florianópolis 11 out. 1970.

Em 10-06-69 – “A DOP, para atualizar o orçamento anexo verificar as condições do madeiramento do telhado”. Ass. AM

XI

Declarou-nos o irmão Ministro, que a Mesa da Venerável Ordem Terceira, não fez nenhum pedido oficial ou verbal à Secretaria da Viação ou à D.O.P⁷⁵. “para verificar unicamente o madeiramento do telhado” conforme consta na ficha de anotação de andamento, registrado na data acima de 10-06-1969. Parece até ter havido intromissão de pessoas estranhas interessadas no retardamento do curso do projeto 217/66, que diz respeito ao pedido das obras do histórico monumento, que é o edifício da Igreja São Francisco⁷⁶.

Com a leitura das cartas que foram citadas acima, podemos ver que aqui já sinalizava que existia um conflito entre membros da Ordem, quando ele diz “Parece até ter havido intromissão de pessoas estranhas interessadas no retardamento do curso do projeto 217/66, que diz respeito ao pedido das obras do histórico monumento, que é o edifício da Igreja São Francisco”. Esta matéria é composta de pequenos parágrafos que remontam a trajetória dos fins da década de 1960, onde é possível ver que a Ordem já buscava o auxílio do Governo do Estado para restaurar a edificação. Em nenhum momento do então ministro da Ordem João Egídio é citado como o interlocutor, porém nas seguintes matérias é ele quem desempenha este papel.

Na terceira edição⁷⁷, publicada quinze dias depois, com data de 11 de outubro de 1970, é anunciada então uma entrevista com o ministro da Ordem João Egídio da Silveira. De antemão o ministro inicia a fala agradecendo ao jornalista -que não tem seu nome citado- pela atitude de fazer pública a necessidade de restauração da Igreja. A matéria inicia pontuando as necessidades de restauração da Igreja são citadas a urgência da pintura interna, dos forros e da área externa; novamente o ministro menciona os

⁷⁵ Diretoria de Obras Públicas.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ O Patrimônio Bi-Secular da Ordem Terceira. **A Gazeta**, Florianópolis 18 out. 1970.

profissionais que são preciso para dar início a restauração como: Engenheiros de obra e de eletricidade, carpinteiros e eletricitas, encanadores e latoeiros, pedreiros e auxiliares, pintores e auxiliares. Logo em seguida o autor da matéria lança três perguntas ao ministro, sendo a primeira:

Repórter: Quando serão iniciadas as obras de “restauração” e demais servios no edifício da Igreja São Francisco e se já está previsto o prazo para o término.

João Egídio: A Venerável Ordem Terceira por não possuir o recurso financeiro necessário, mas, no entanto conhecendo ampara que preceitua o artigo 180, da Constituição Federal e bem assim as leis de defesa, proteção e preservação de patrimônio, pediu oficialmente ao Exmo. Governador para custear por conta do Estado, as obras a serem efetuadas no edifício da referida Igreja⁷⁸.

O ministro já responde na defensiva afirmando que a Ordem não possui recursos para tal intervenção e amparado no artigo 180 da Constituição de 1967, onde Art. 180. Que diz que o amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas⁷⁹.

Ao designar ao “Poder Público” a competência de proteger o patrimônio, a atribuição se torna vaga, onde não é especificado quem é responsável pela salvaguarda deste patrimônio e o ministro sustenta seu discurso nesta lei para justificar a responsabilidade do Estado em custear esta obra. Seguindo com as perguntas:

Repórter: Correm por conta totalmente do Governo do Estado, todas as obras a executar no edifício da Igreja ou

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Constituição Federal de 1967.

a Venerável Ordem Terceira receberá ajuda de qualquer outro órgão para realizar todos os serviços?

João Egídio: Todos os serviços a executar, muito embora já deveras retardados quanto ao tempo em que foi solicitado e a necessidade de sua execução, terão início logo que sua Excia. o Senhor Governador do Estado, a quem encarecemos em nome da Venerável Ordem Terceira, se digne recomendar o imediato começo das citadas obras, isto, em face da dotação já prevista em 12 de maio do ano de 1967, na quantia de Cr\$25.000,00⁸⁰.

O ministro sem responder diretamente a pergunta do repórter segue reforçando a responsabilidade do Estado na restauração da edificação. Ainda ressalta que já foi solicitada a verba no valor de Cr\$25.000,00, mas o governador ainda não havia respondido a solicitação, mas adiante o ministro afirmou que se a demora continuasse ele previa que a verba poderia ser maior. Prosseguindo:

Repórter: E quando foram executadas as mais recentes obras de conservação e de maior monta no edifício da Igreja São Francisco

João Egídio: Datam de 14 anos passados os últimos e mais recentes serviços de maior monta executados no edifício da Igreja São Francisco.

As obras foram efetuadas em 1956, consistindo elas, no seguinte

- I) Conserto geral do telhado.
- II) Colocação de 5 lampiões na fachada do edifício da Igreja. (Já consumidos pela ação do tempo).
- III) Pintura externa em todo o edifício da Igreja

Todas as obras foram realizadas por conta do Governo do Estado, quando o Governador, sua Excia. O Exmo. Senhor Irineu Borhausen, hoje ex-senador da República; serviços aqueles de preservação e conservação do edifício da Igreja monumento histórico, efetuados na

⁸⁰ Ibidem.

gestão administrativa do irmão Ministro Dr. Abel Alvares Cabral, já falecido⁸¹.

Aqui o ministro fala da última grande intervenção que a Igreja sofreu, sobre esta intervenção abordei rapidamente no primeiro capítulo desta pesquisa. Onde expliquei que a Igreja havia passado por uma intervenção no ano de 1956 custeada pelo governo estadual, dentro da Igreja foi afixada uma placa marcando este ato do governador. Na matéria, o ministro segue então agradecendo os demais órgãos que de alguma maneira ajudaram na conservação da edificação. Ele agradece a Prefeitura Municipal que entre os anos de 1965 e 1966 mandou construir a calçada da edificação e afirma que esta ação se deu de livre e espontânea vontade⁸².

Segue a fala do ministro:

A mesma Mesa Administrativa, ou quaisquer das suas Comissões de Irmãos da Venerável Ordem, não poderá movimentar nenhuma das verbas concedidas pelo Governo do Estado, porque tal função, neste caso, caberá à Secretaria de Viação e Obras Públicas, no entanto os encargos de assistir, orientar e fiscalizar as obras e seu andamento será da competência da Mesa ou Comissão da Venerável Ordem Terceira⁸³.

Aqui podemos ver uma inversão de papéis, onde a Ordem solicita a verba ao governo, mas quer desempenhar o papel de fiscalizadora da obra orientando nos serviços a serem feitos. Logo em seguida a Ordem agradece a Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e termina com um apelo ao governador “para que digne recomendar ou determinar o início das obras no edifício da Igreja São Francisco, patrimônio da Venerável Ordem Terceira”.

Após a publicação deste dossiê, em fevereiro de 1971 o mesmo jornal “A Gazeta” publicou uma pequena nota na última página⁸⁴, onde novamente o Irmão ministro João Egídio da Silveira em nome de toda a mesa administrativa

⁸¹ Ibidem.

⁸² Ibidem.

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Restauração e Pintura da Igreja São Francisco. **A Gazeta**, Florianópolis. 17 fev.1971.

e da Igreja fazia uso do jornal para agradecer ao então governador do estado de Santa Catarina Ivo Silveira pela liberação de recursos para realização restauração e pintura da Igreja.

Porém um mês depois no jornal “O Estado”, data de 31 de março de 1971, foi publicada uma matéria em que chamava a atenção para uma série de controvérsias levantadas com a execução dos trabalhos de restauração da Igreja São Francisco⁸⁵. Novamente quem fala em nome da Ordem é o ministro João Egídio, porém não fica claro com que autoridade este continua a dar entrevistas para jornais sendo que havia pedido demissão do cargo de ministro em 1967 e como citei acima o clima não era amistoso entre os demais membros da Ordem e o ministro.

Na matéria, João Egídio afirmava que desconhecia oficialmente a realização dos trabalhos e entendia que “a reforma era contrária aos elaborados e aprovados pela mesa diretora que pretendia restaurar o templo”. O ministro da Ordem João Egídio da Silveira ressaltou na entrevista que as obras foram iniciadas sem o consentimento da Mesa administrativa. Sendo assim não era possível esclarecer quais os serviços efetuados e afirmava que foram ocasionadas várias “mutilações” no monumento histórico. Ele ainda cita o fechamento de uma porta que dava acesso à Rua Felipe Schmidt, que era por onde entravam as autoridades. Durante o depoimento salientou que a primeira verba ainda não havia sido concedida e afirmou que desconhecia a origem de tais recursos. Pra finalizar advertiu que vários objetos, mesmo segurados por uma empresa de seguros desapareceram e que o altar-mor estava infestado de cupins, sendo que a última vez que foi vistoriado foi no ano de 1966 por um grupo de técnicos (os quais não são citados nomes, nem a qual instituição pertenciam) que também realizaram na ocasião em caráter de emergência reparos na rede elétrica.

Dois meses depois, ainda no jornal “O Estado”⁸⁶, O Ministro da Ordem voltou a afirmar que a “reforma” que estava sendo feita na Igreja não havia sido autorizada pela Ordem e lembrou também que mesmo a obra sendo

⁸⁵ Consertos na Igreja de São Francisco não Atendem Normas de Restauração. **O Estado**, Florianópolis. 31 mar. 1971.

⁸⁶ Ministro vê Deformações na Igreja de São Francisco. **O Estado**, Florianópolis. 27 mai.1971.

embargada ela continuava acontecendo, na publicação não é mencionado nem quando e nem por quem a obra teria sido embargada. O Ministro aproveitou para denunciar que a mesa administrativa não autorizou o aluguel dos anexos à Igreja e responsabiliza um senhor de nome Gécio Souza da Silva pela transação e informou que os locais alugados deveriam ser utilizados para outros fins, estando inclusive prevista a instalação de um museu e biblioteca Henrique da Silva Fontes. Também não é possível identificar nesta publicação de quem partia a proposta de criação da biblioteca, se Estado, se Município ou apenas a Ordem. Ao finalizar a matéria reforçou que todos os bens que se encontravam na Igreja constavam no levantamento geral registrado pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, porém na matéria não cita quando foi realizado este levantamento e nem por quem.

Em ambos os jornais pesquisei ao longo do ano de 1971 até meados de 1972 para checar mais alguma informação sobre o desfecho desta história apresentada no periódico, porém nada foi encontrado. Contudo, durante minhas pesquisas no arquivo histórico da Arquidiocese encontrei uma carta datilografada com data de 11 de junho de 1971 com o título de “A verdade sobre a Igreja de São Francisco”. Esta não estava assinada e nem direcionada à alguém, mas esclarecia primeiramente que recentemente notícias eram publicadas nos jornais com reclamações e acusações de um “senhor que se intitula ministro da Ordem” e dá a entender que existe uma disputa sobre o direito de administração da Igreja e seus bens, sendo assim são enumerados seis pontos no intuito de esclarecer ao público sobre a situação da Igreja⁸⁷.

1. A 26 de abril de 1967, em sessão da Assembleia, legalmente convocada pelo então ministro João Egídio da Silveira, ficou decidido pela quase totalidade dos votos que a administração da igreja e seus bens passasse temporariamente às mãos da Mitra Metropolitana, até que a Ordem estivesse novamente em condições de reassumir.

(Esta decisão consta em ata, assinada por 47 dentre 50 votantes, todos com firma reconhecida em cartório).

⁸⁷ Carta anônima. **A verdade sobre a Igreja de S. Francisco**. Florianópolis 11 jun. 1971. Arquivo: Mitra Metropolitana de Florianópolis.

2. Em consequência, o governo Arquidiocesano nomeou um Conselho Administrativo, com prazo definido e renovável ao qual estão afetos todos os atos administrativos do histórico templo.
3. Sem perda de tempo o conselho abandonou os métodos extremamente obsoletos da antiga administração, substituindo-os por novos e atualizados. O resultado não se fez esperar: o templo está sendo restaurado com recursos próprios, assunto fora de cogitação em outra época!
4. O estilo arquitetônico será respeitado, e a restauração obedecerá a orientação de especialistas na matéria;
5. Os objetos e documentos de valor histórico ou artístico, recebidos na data da mudança de administração, estão intatos e bem conservados;
6. Qualquer notícia que se propale em contrário seja tida como infundada e fruto de inconformidade pessoal⁸⁸.

A carta estava na mesma pasta que encontrei as cartas dirigidas ao ministro João Egídio, algumas partes estava rasuradas, provavelmente esta deve ser apenas um rascunho, se é que esta denúncia foi levada à diante. Dá a entender na carta que o ministro João Egídio defendia que o Estado deveria bancar a restauração da edificação, enquanto que os demais membros da Ordem acreditavam que eles mesmos deveriam custear a obra. Ainda que sugeriram que a restauração iria respeitar a orientação de especialistas, em nenhum momento é citado quem seriam estes e se teria algum vínculo com o governo no sentido de fiscalizar a obra. Aqui não fica claro o papel do governo Arquidiocesano, nem se está vinculado ou não a Mitra. Durante minha pesquisa me deparei diversas vezes com nomes como Cúria, Mitra, Arquidiocese, como expliquei no primeiro capítulo, a Mitra Metropolitana de Florianópolis é o órgão responsável pela administração do patrimônio da Arquidiocese, sendo assim a Igreja ficou sob administração da Mitra durante esse período conturbado na década de 1970.

⁸⁸ Ibidem.

Somente depois de entrar em contato com esta documentação é que pude entender a recusa da Ordem em me fornecer informações sobre o período da década de 1970. Digo isso, pois estive em contato com a Igreja e com as senhoras que trabalham na parte onde são vendidos artigos religiosos. Em uma das vezes que estive com essas senhoras, expliquei que gostaria de entrar em contato com o senhor João Egídio da Silveira, acabei perguntando a uma delas se o conhecia. Esta gentilmente anotou o nome e disse que pesquisaria pra mim. Uma semana depois, quando voltei à Igreja ela me informou que foi realizada uma reunião – não me disse quando, nem onde e com quem. Disse-me apenas que nessa reunião ficou decidido que ela não estava mais autorizada a ceder mais nenhuma informação pra mim. De início fiquei preocupada e me perguntando o que havia de errado com a minha abordagem. Porém, depois de pesquisar no arquivo da Arquidiocese pude perceber que além das tensões já citadas durante a década de 1970, dentro da Ordem durante este período o clima não parecia ser muito amistoso.

Voltando aos periódicos, somente no final de junho de 1972 é que novamente foi publicada uma notícia sobre a Igreja igualmente pelo jornal “O Estado”⁸⁹. Esta é primeira publicação em que não é o ministro da Ordem quem fala como principal responsável, aqui entra a figura do Arcebispo Dom Afonso Niehues⁹⁰, ou seja, momento em que se percebe de fato o envolvimento da Mitra de Florianópolis. A nota começa afirmando a necessidade de salvaguarda do patrimônio e ressalta que esta atitude começou recentemente.

É verdade que não vem de há muitos anos a preocupação com a inteligibilidade desses significativos exemplares da arte antiga, expressões de determinadas

⁸⁹ Patrimônio Histórico. **O Estado**, Florianópolis. 29 jun.1972.

⁹⁰ Afonso Niehues (São Ludgero, 23 de agosto de 1914 - Brusque, 30 de setembro de 1993) foi o 2º Arcebispo católico da arquidiocese de Florianópolis de 14 de agosto de 1965 até 23 de janeiro de 1991. Foi eleito, em 10 de janeiro de 1959, bispo coadjutor com direito à sucessão do bispo de Lages, Dom Daniel Hostin, ocorrendo a sagração episcopal em 5 de abril de 1959 e empossado em 7 de maio do mesmo ano. Convidado a participar do Concílio Vaticano II, onde consegue, junto a bispos alemães, recursos para a construção do Centro de Formação Diocesano. Em 14 de agosto de 1965 é nomeado Arcebispo coadjutor com direito à sucessão do Arcebispo de Florianópolis e empossado em 30 de dezembro do mesmo ano. Disponível no site: <<http://www.catedralflorianopolis.org.br/#!/bispos/ckvz>> Acessado dia: 01/06/2014.

épocas que falam, ainda hoje, da simplicidade da fé e do Culto dos nossos antepassados⁹¹.

Na matéria é informado que o governo do estado por intermédio da Secretaria do governo se comunicou com o diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a fim de que designasse um de seus funcionários especializados para em Florianópolis acompanhar e orientar a “reconstituição da Igreja”. Assim, foi acertada a vinda de Ernani Saya⁹², na notícia publicada em nenhum momento é citada a profissão deste último. Fechando a matéria é ressaltada a “necessidade de manter os traços originais da arquitetura do templo e que deve evitar o acontecido com a catedral”, assim termina a matéria sem explicar o que ocorreu com a Catedral.

Um dia após a publicação acima, o jornal “O Estado”⁹³ publica a notícia de que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional designou novamente o técnico Ernani Saya para iniciar entendimentos com o governo do Estado, visando à “reforma” da Igreja São Francisco. A Igreja necessitava de uma série de reparos que foram avaliados pelo técnico. A principal “restauração” como estava publicado, seria na parte interna do templo.

No dia 02 julho de 1972 outra nota é publicada no mesmo jornal⁹⁴, afirmando que o IPHAN iria promover uma “obra de restauração na Igreja”. A nota informava que o Arcebispo Metropolitano, Dom Afonso Niehues, mostrara-se preocupado com estado da Igreja, em razão do que procurou o Governador do Estado pedindo sua colaboração para a “restauração” da edificação. Agora o Arcebispo estava satisfeito por saber que a Igreja estava nas mãos de órgão especializado em restauração.

Depois dessas publicações referentes ao ano de 1972, encontrei somente uma notícia⁹⁵ publicada no ano de 1974. A notícia não se referia diretamente à Igreja, porém utilizava uma foto desta para enunciar a elaboração de decreto dispondo sobre a proteção do patrimônio histórico artístico e natural de Florianópolis. Com o decreto foi criado na área da

⁹¹ O Estado, Op. cit.

⁹² Nenhuma informação foi encontrada sobre a formação ou quem foi Ernani Saya.

⁹³ Patrimônio vai Reformar Igreja. **O Estado**, Florianópolis, 30 jun.1972.

⁹⁴ Um Templo que é um Patrimônio: S. Francisco. **O Estado**, Florianópolis, 02 jul.1972.

⁹⁵ Decreto só para salvar Patrimônio. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis, 29 mar.1974.

Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social do município, o Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município – SEPHAM, como já foi explicado no primeiro capítulo deste trabalho.

No fim de semana seguinte, na data de 31 de 1974, é publicado pelo *Jornal de Santa Catarina*⁹⁶ a notícia de que se tudo corresse bem, a Igreja ficaria pronta no mês de abril corrente, porém não encontrei nenhuma documentação que especificasse se as obras estavam fiscalizadas por algum órgão do governo ou tinham algum acompanhamento técnico. Na matéria ressaltada que a edificação está sob administração da Mitra de Florianópolis e que está sendo “totalmente restaurada”, com reparos no reboco, lixamento das paredes para limpeza do caruncho e ferrugem das grades, pintura externa, “mantendo-se em tudo a linha arquitetônica deste templo, respeitável pela sua idade⁹⁷”. Os recursos para toda a pintura externa, mão-de-obra e material de pintura, provinham da renda da Igreja, como também dos aluguéis localizados nos anexos a Igreja na Rua Felipe Schmidt, sem qualquer outra participação.

Trabalharam na “restauração” cerca de seis empregados, entre eles pedreiros e pintores. A escolha do construtor e restauradores foi determinação do Conselho Administrativo da histórica Igreja, que valeu-se da credencial que o contratante apresentou de ter sido o construtor da Matriz de N. S. de Fátima no Estreito.

Na parte interna da Igreja, “bem mais conservada”, a restauração seria feita depois⁹⁸.

Esta foi a primeira e única publicação que encontrei onde a Ordem afirma que utilizou o dinheiro dos aluguéis para custear a obra. Nesta última publicação citada, como em algumas anteriores pode-se ver a independência da Ordem na escolha da empresa para efetuar a intervenção na edificação. Ou seja: a Ordem solicita verba ao Governo Estadual (que durante esta época não havia tombado a Igreja como patrimônio) para custear a obra, porém reclama independência no uso da verba. Nota-se que esta última publicação data do

⁹⁶ Velha Igreja vai ficar como nova. *Jornal de Santa Catarina*, Florianópolis, 31 mar. e 01 abr. 1974.

⁹⁷ Ibidem.

⁹⁸ Ibidem.

mesmo ano da criação da legislação municipal. Sendo assim, deveria ocorrer uma avaliação de algum profissional da área para realizar a obra, o que não fica claro nas publicações de matérias sobre a Igreja.

Um mês depois, 29 de maio de 1974 foi publicado no jornal “O Estado”⁹⁹ a notícia de que a Igreja de São Francisco passou por uma recente “reforma” estrutural e seu aspecto externo foi melhorado, embora não se desejasse mexer muito no edifício sem a devida orientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, cujos técnicos prometeram uma visita à Cidade já há mais de um ano. Como sempre, é ressaltado que a Igreja está sob tutela da “Cúria Metropolitana” temporariamente, e com tal responsabilidade “estamos preocupados em preservá-la” afirma o Arcebispo Metropolitano Dom Afonso Niehues.

Ainda no ano de 1974 com a data de primeiro de novembro é publicada no jornal de Santa Catarina¹⁰⁰ a notícia de que o Arcebispo metropolitano, Dom Afonso Niehues, não quis se manifestar a respeito dos estragos causados pela construtora do novo Centro Comercial nos fundos da Igreja “porque antes pretendo ir ao local para ver como ficou a Igreja”. Mas disse que “a construtora foi alertada disso antes de iniciar a obra, quando estiveram aqui”. Acrescentou que faria uma “vistoria” para constatar os fatos e ver onde a Igreja foi atingida.

Caso tenha sido somente aquilo que aparenta, o Arcebispo vai pedir que seja feita a restauração. “Mas se atingiu o corpo da Igreja as coisas mudam de figura” disse¹⁰¹.

Os cultos de domingos que aconteciam na igreja foram mantidos, porém os demais foram cancelados. Ao final da matéria é citado o livro “A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Ilha de Santa Catarina: notas históricas comemorativas do segundo centenário da sua fundação”, de Oswaldo R. Cabral. No livro Cabral lembra o episódio de 1831, quando corria o boato por Desterro de que a Igreja iria ruir caso não fossem

⁹⁹ O cuidado que merece a velha Igreja de S. Francisco. **O Estado**, Florianópolis, 29 mai.1974.

¹⁰⁰ Dom Afonso diz que vai vistoriar a Igreja São Francisco. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis 01 nov.1974.

¹⁰¹ Ibidem.

fechadas suas portas laterais. No jornal, este episódio é citado como se a Igreja naquela época fosse ruir pela falta de estrutura, o que poderia justificar uma possível queda desta nesse ano, sem considerar o impacto da construção do novo centro comercial.

Quinze dias depois no mesmo jornal¹⁰² é publicada a seguinte notícia. Era alertado que devido às obras do novo Centro Comercial de Florianópolis e das últimas ocorridas na capital, o terreno e as fundações da Igreja cederam e a edificação foi praticamente partida no meio por uma rachadura de mais de dois centímetros. O altar-mor foi danificado e ocorreu desnivelamento do assoalho colocando em riscos as imagens sagradas, que foram recolhidas. Para evitar o desabamento foi necessária a colocação de escoras e cabos resistentes no fundo do prédio, “o que provocou um atraso de mais de um mês nas obras do novo Centro Comercial”, segundo o engenheiro Juarez Coimbra de Moraes.

Os responsáveis e fiéis da Igreja responsabilizam a construtora. Ressaltam que em março aconteceu algo parecido e a empresa se comprometeu a “restaurar” e demorou muito para prestar esse serviço. Na publicação é observado que a Igreja já sofreu diversas “reformas” e a última delas foi de maio a julho deste ano de 1974, quando foi restaurado parcialmente o telhado, janelas e parte externa, inclusive com pinturas. E que atualmente estavam sendo refeitas também as instalações elétricas e canalizações ao redor do muro existente na parte esquerda da frente da Igreja. Mas em consequência dos imprevistos causados pela obra do Centro Comercial, esses trabalhos foram paralisados. Abaixo a publicação:

¹⁰² Igreja São Francisco está ameaçada de desabamento. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis 17 nov.1974.



Imagem 01

Foto da publicação do Jornal de Santa Catarina, onde é possível ver a Igreja com escoras e cabos resistentes no fundo do prédio.

O Centro Comercial ARS –Aderbal Ramos da Silva- foi construído em um ano e nove meses, numa área de 17 mil e 23 metros quadrados aos fundos da Igreja. Inaugurado em meados de novembro de 1975, surgiu num período marcado pela modernização e verticalização da cidade de Florianópolis e serviu para “integrá-la na relação das grandes cidades privilegiadas com shoppings centers – empreendimento considerado imprescindível para as cidades mais desenvolvidas”, como anunciou o jornal “O Estado”¹⁰³ na sua publicação sobre a inauguração do centro. O ano coincide com a criação da legislação municipal que tombava a Igreja como patrimônio da cidade. E como podemos perceber, segundo a publicação acima a construção do centro comercial ocasionou alguns danos na estrutura da Igreja, a qual veio a público reclamar seus direitos. Ao que parece, a história desta denúncia não seguiu em frente, pois em todos os documentos e levantamentos históricos que pesquisei sobre a Igreja no arquivo da FCC e do SEPHAN/IPUF, quando o assunto é

¹⁰³ Centro Comercial ARS. **O Estado**, Florianópolis 21 nov. 1975.

sobre as rachaduras que apareceram na edificação durante esse período, a explicação é sempre a de que estas “podem ter sido ocasionadas” pela construção do Centro Comercial, mas nada é afirmado com certeza. É curioso o fato da notícia da inauguração ter sido publicada no mesmo jornal que muitas vezes serviu veículo de comunicação da Ordem.

Hoje em dia o prédio e a Igreja continuam de pé e segundo os documentos aos quais tive acesso, o Centro Comercial não afeta em nada a estrutura da Igreja. O prédio é o mais alto pertencente ao entorno da Igreja.

Novamente um hiato temporal onde somente encontrei notícias sobre a Igreja na edição do jornal “O Estado” de janeiro de 1977¹⁰⁴, onde foi publicado em primeira página uma foto das portas laterais da Igreja sendo reabertas com a seguinte legenda:

“Fechadas desde 1830, estão sendo reabertas as duas portas da Igreja São Francisco de Assis que ladeiam a principal. A medida tem por objetivo devolver ao templo suas características originais e foi solicitada pela Ordem Terceira, proprietária do prédio. O fechamento das duas portas, há mais de um século, foi efetuado em virtude de dúvidas quanto à segurança da Igreja caso elas permanecessem abertas.”

No conteúdo da matéria eles chamam a atenção para as sucessivas “reformas” que a edificação sofreu ao longo dos anos e de como isso afetou sua característica original e que agora esta está passando por “uma restauração parcial que deverá devolver suas linhas arquitetônicas autênticas”. Os recursos utilizados para esta intervenção foram da Secretaria do Governo (na publicação não especificam qual Secretaria).

Durante esta “restauração” a maior modificação que estava prevista era a abertura destas portas laterais. No jornal é informado que três operários estavam fazendo esse trabalho, porém não é citado para qual empresa trabalham, nem a empresa que está prestando o serviço. Logo abaixo é

¹⁰⁴ Esta é mais uma tentativa para devolver a Igreja São Francisco de Assis sua forma original. **O Estado**, Florianópolis 06 jan.1977.

informado que a Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura desconhecia as obras com exceção da pintura, mas que monsenhor Lorch já havia feito um “comunicado verbal” ao secretário. E que a prefeitura ia acompanhar indiretamente o andamento da obra que estava sendo realizada com recursos da Secretaria do Governo do Estado. O jornal afirma que a edificação pertence à Ordem, mas que é tombada pelo “Patrimônio Histórico do Município” e que por isso esta não poderia ser modificada. O Projeto estava a cargo do Primeiro Distrito do Departamento Autônomo de Edificações – DAE – e previa a substituição das tábuas do forro e assoalho e também da pintura, por materiais “semelhantes” aos usados na construção inicial. Estava prevista a descoberta da tinta original através da remoção das camadas mais recentes.

Abaixo, fotos publicadas junto ao conteúdo da matéria sobre este episódio da abertura das portas laterais:



Imagem 02

Foto da publicação do jornal O Estado onde é possível ver a tentativa de abertura das portas laterais da Igreja.

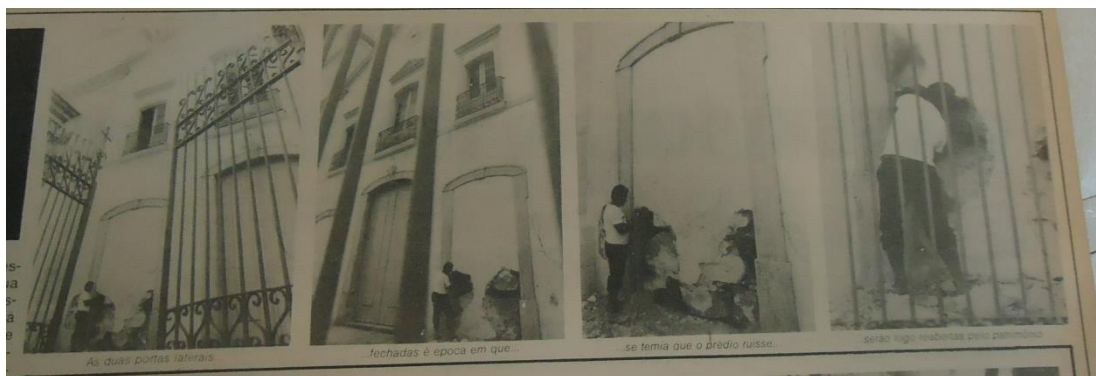


Imagem 03

Foto da publicação do jornal O Estado onde é possível ver a tentativa de abertura das portas laterais da Igreja.

De toda a complexidade que envolve a Igreja como bem patrimonial essa história da reabertura das portas laterais pra mim é a mais interessante e curiosa, por quê?

Porque esta informação não está em nenhum, exatamente nenhum dos documentos que pesquisei, nem na FCC, nem no IPUF, nem no levantamento histórico da atual empresa –CONCREJATO- responsável pelo restauro da Igreja. Essa informação só se tem acesso através dessa publicação de jornal. E como se pode ver, a Ordem que decidiu pela reabertura destas portas, sem ao menos comunicar ao órgão responsável pela fiscalização e preservação do patrimônio já que a edificação já havia sido tombada a nível municipal. Arrisco também a dizer de que a recusa de cederem informações a mim sobre a Igreja por parte da Ordem tenha sido também porque uma das minhas perguntas, além de querer saber sobre o ex-ministro João Egídio da Silveira, como comentei anteriormente, foi também de saber o porquê da reabertura e novamente do fechamento destas portas laterais que permanece assim até hoje.

Será mesmo que podemos afirmar que a Igreja sofreu poucas intervenções e quase nenhuma a descaracterizou? Porque será que esta informação foi omitida nos documentos dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio?

A década de 1970 é muito emblemática para a cidade de Florianópolis, que durante esse período passou por grandes transformações,

aumento da população, verticalização da cidade, crescimento da frota de carros e o centro da cidade começou a sofrer transformações devido a esses impactos, tal como o fechamento das principais ruas para a criação de calçadas para oferecer mais segurança aos pedestres. Com a Igreja, localizada em meio a essas transformações, não poderia ser diferente. Ainda que bibliografias sobre a esta frequentemente afirmem que esta não sofreu grandes intervenções pela falta de recurso da Ordem, analisando essas fontes temos uma ideia da complexidade que está por trás deste patrimônio.

3. Patrimônio preservado: um direito com suas obrigações.

Os anos 2000.

Este último capítulo tem como foco os anos 2000. Nessa década, tal como já vinha acontecendo, a Ordem continuou a utilizar jornais como meio de chamar a atenção e reclamar o restauro da Igreja junto aos órgãos públicos, que na verdade tem apenas o dever de orientar e fiscalizar as obras. Não obstante esse período também é marcado por uma maior ingerência do Estado sobre a questão patrimonial, como se pode constatar pela intensa fiscalização do SEPHAN/IPUF e FCC, e pelo acionamento do Ministério Público. Este passa a atuar como uma instância fiscalizadora ao alcance de qualquer cidadão que se veja incitado a delatar o descaso contra o patrimônio público e denunciar reformas irregulares, tais como as obras realizadas por comerciantes locatários nos anexos da Igreja.

A minha escolha pelos anos 2000 se deu pelo número de fontes disponíveis referentes ao período, tanto em jornais quanto em documentos. Ou seja, a história patrimonial da Igreja está mais bem documentada durante esse período do que na década de 1990, mas tal como na década de 1970, os anos 2000 são marcados por intensas movimentações dos fiéis e por pequenas intervenções que a Igreja sofreu até passar pelo atual grande restauro que vem ocorrendo desde meados de 2012 pela empresa CONCREJATO, com previsão de ser finalizado em 2015, ano em que se completa duzentos anos de construção da edificação.

Início com uma notícia publicada no jornal “O Estado”¹⁰⁵ no ano de 2002, onde é feita a denúncia de três assaltos na Igreja, que ocorreram de madrugada. O ladrão havia arrombado a porta lateral e levado apenas o dinheiro das caixas de doações dos fiéis. A funcionária da Igreja, que cedeu entrevista ao jornal, afirmou que a Ordem estava providenciando mais segurança para o local com grades e alarmes e que a intenção também era proteger as imagens sacras que se encontravam na Igreja. Aqui podemos ver que, como na década de 1970, a Ordem associava o seguro de bens como

¹⁰⁵ Igreja sofre 3º assalto em uma semana. **O Estado**, Florianópolis, 31 fev. 2002.

alternativa para proteção do bem patrimonial móvel. Quando na verdade este avalia os bens assegurados apenas por seu valor pecuniário.

O ano de 2003, dentre todo esse período que escolhi trabalhar, é bastante movimentado e marcado por intensa atuação do SEPHAN/IPUF, FCC e Ministério Público no sentido de mediar acordos entre a Ordem e comerciantes locatários, além de intervir, proteger e fiscalizar a edificação de reformas, algumas vezes consideradas ilegais, realizadas por estes últimos. Durante este ano continua evidente a independência da Ordem na administração do patrimônio, porém além de administrar a Ordem tem o dever de assegurar e fiscalizar o patrimônio, o que não ocorreu nos anos anteriores a 2003 e que durante este último ano ficou perceptível através de denúncias anônimas contra reformas irregulares por parte dos comerciantes locatários nos anexos da Igreja.

Um dos primeiros documentos que encontrei referente a esses anos foi uma denúncia¹⁰⁶ de um advogado. Sérgio Bodenmüller declarou que na condição de frequentador da Igreja passou a observar estranhas movimentações de um comerciante inquilino de um dos anexos da Igreja, onde este último começou uma reforma irregular no espaço locado. O advogado levou esta denúncia até o Promotor de Justiça da Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Artístico Cultural. Na denúncia, este começa falando da “inadmissível instalação de um estabelecimento que comercializa “caldo de cana e coco verde” na entrada da sacristia junto à Rua Deodoro”. O comércio ao qual se referia essa denúncia era uma pequena pastelaria que utilizava o espaço na entrada da Igreja no lado da Rua Deodoro. Pesquisando nos arquivos do SEPHAN/IPUF encontrei uma declaração, assinada pelo Frei Junípero Beier responsável e pároco da Igreja na época, em que era cedido o espaço para o funcionamento de um “quiosque” por tempo indeterminado, a data é de março de 1993¹⁰⁷.

¹⁰⁶ BODENMÜLLER, Sérgio. Denúncia ao Promotor de Justiça da Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Artístico Cultural contra a Ordem Terceira de São Francisco, Luiz Fernando de Andrade proprietário da Loja “Arte Acessórios”, IPUF, a SUSP, a FCC e o CREA data: 25 mar. 2003.

¹⁰⁷ BEIER, Frei Junípero. Declaração data: 17 mar. 1993.

Continuando a denúncia, o delator afirmou que parte da Igreja foi substancialmente alterada devido a uma obra clandestina referente à instalação de um comércio, que para tanto demoliu parte da parede centenária para abrir uma vitrine. Na denúncia é afirmado que a obra só se iniciava depois das 18h até de madrugada, e que várias reformas foram realizadas, e que o mesmo havia procurado tanto o IPUF quanto a FCC e ambos prometeram providências. Porém, devido à demora de tais providências, o denunciante por iniciativa própria resolveu denunciar o problema ao promotor, esperando com essa denúncia que fosse agilizado o embargo da obra.

Pós esta denúncia encontrei um ofício¹⁰⁸ direcionado à Procuradoria Geral do Município – PROGER onde o SEPHAN/IPUF solicitava providências urgentes para pedir a paralisação imediata das obras irregulares que estavam acontecendo, bem como a recomposição e recuperação dos danos causados na Igreja. As obras as quais o documento se refere eram na antiga sacristia voltada para a Rua Felipe Schimdt, hoje ocupada por comércio. É ressaltado que antes desta denúncia, o proprietário da loja fora notificado e a Ordem também, mas que até a data do documento os embargos foram desrespeitados “e parte da edificação descaracterizada¹⁰⁹”. No documento é solicitada à Procuradoria a interdição do estabelecimento “até que fosse realizado o reparo no imóvel”. Junto a este documento encontrei outro ofício¹¹⁰ com a mesma data, porém dirigido à Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN, expedido também pelo SEPHAN/IPUF, para que não fosse emitido o alvará de funcionamento do estabelecimento em virtude das irregularidades. O estabelecimento em questão é uma loja de bijuterias “Arte Acessórios”. Notificado, o proprietário desta última deu entrada em um processo administrativo na PMF de reforma simples no estabelecimento, mas segundo o IPUF a solicitação de reforma simples envolve apenas substituição de materiais construtivos, sem acréscimo de área construída e modificação substancial no monumento. No relatório foi listada então uma série de irregularidades tais como a abertura de uma nova vitrine, a utilização de esteiras internas metálicas

¹⁰⁸ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ofício para Procuradoria Geral do Município - PROGER SEPHAN/IPUF data: 29 abr.2003.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ofício para Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN SEPHAN/IPUF data: 29 abr.2003.

para cobrir a vitrine de vidro; soleiras substituídas por outro tipo de material; troca do entepiso por uma estrutura metálica, substituindo o antigo de madeira; colocação de escada; mudança na altura do teto; a construção de uma laje de concreto nas áreas do fundo do altar para instalação de um depósito e dois sanitários e o reboco original trocado por massa corrida; essas foram às irregularidades apontadas pelo SEPHAN/IPUF.

O que é bastante interessante neste caso é que em nenhum dos arquivos que pesquisei houve algum pronunciamento por parte da Ordem, que afinal é proprietária do bem tombado.

Na solicitação¹¹¹ que o proprietário da loja de bijuteria “Arte Acessórios” dirigiu à Secretaria de Urbanismo e Serviço Público, as intervenções que o mesmo informou que faria no estabelecimento nada tinham a ver com as executadas, o que gerou o envolvimento de outras instituições de preservação do patrimônio nesta questão. A Gerência de Patrimônio Cultural da FCC também realizou um relatório técnico¹¹² com relação à obra, levantando as mesmas questões apresentadas no relatório acima citado, realizado pelo SEPHAN/IPUF, e apresentando um parecer técnico com proposta de recuperação.

A partir daí deu-se início a intensas fiscalizações e audiências com o Ministério Público Estadual para verificar as irregularidades denunciadas. Estas audiências foram acompanhadas pelos representantes do IPUF, FCC, dos comerciantes locatários e da Ordem.

Na primeira audiência realizada foram comprovadas não apenas as irregularidades da obra, como as evidências de que além destas havia mais estabelecimentos noutros pontos do imóvel tombado. O proprietário da loja “Arte Acessórios” então acordou com os demais órgãos de que se adequaria as exigências, sendo então decidida uma nova data para deliberação definitiva e formalização de termo de ajustamento de conduta. Neste seria contemplado o

¹¹¹ ANDRADE, Luiz Fernando Lourenço. Requerimento junto à Secretaria de Urbanismo e Serviço Público – SUSP SEPHAN/IPUF data: 24 abr. 2003. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹¹² Fundação Catarinense de Cultura. Relatório Técnico nº 002/03 sobre a Intervenção irregular em anexo da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – FCC SEPHAN/IPUF data: 12 mai. 2003. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

atendimento de todas as medidas recomendadas por parecer técnico conjunto do IPUF e FCC.

O curioso é que pós essa audiência e esse acordo do comerciante e proprietário da loja “Arte Acessórios” de se adequar as exigências do IPUF e da FCC durante as minhas pesquisas encontrei uma denúncia anônima¹¹³ dirigida ao “chefe do IPUF” de uma frequentadora da Igreja que denunciava a existência de:

“um buraco tipo alçapão embaixo da rua e piso principal de loja de Florianópolis na rua Felipe Schimit Igreja do São Francisco. Além de destruir a igreja que é monumento, o dono quer esconder as coisas. A reforma está parada pela Prefeitura mas o dono vai fechar o buraco com tijolo ao lado da escada de baixo para ninguém ver. Ele é dono de bingo e vai abrir uma loja de “bijotéria” de qualquer jeito. O frei não sabe disso. Essas coisas tem que acabar em Fpolis antes que vire notícia de jornal.”

Optei por transcrever a denúncia tal como esta foi feita, pois achei interessante primeiro pelo fato de esta ter ocorrido logo após uma audiência entre o proprietário da loja e os órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio, e segundo, porque além de delatar algo pertinente com relação a “um buraco” que foi aberto no estabelecimento, a denúncia mais parecia algo pessoal no sentido de acusar o proprietário de práticas ilegais, como ser dono de “um bingo” e colocarem mais gravidade no caso devido ao fato de este estar alugando um espaço nos anexos da Igreja, que por si só possui sua sacralidade. Digo isso porque meses depois outra denúncia com o mesmo teor foi feita ao Promotor-Chefe da República/SC, ao superintendente do IPHAN em Santa Catarina e ao delegado da Receita Federal em Florianópolis, mas isso será abordado mais adiante detalhadamente.

Após cada audiência, as partes acordadas, os representantes da Ordem, IPUF, FCC e dos comerciantes locatários assinaram um termo de

¹¹³ Denúncia Anônima ao IPUF, junho de 2003. Arquivo IPUF. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

compromisso de ajustamento de conduta¹¹⁴. Neste, consta o prazo máximo de trinta dias a partir da assinatura do documento para o proprietário da loja “Arte Acessórios” apresentar os projetos referentes às adequações solicitadas pelo IPUF e FCC. Neste documento foi solicitada a remoção dos sanitários com vistas à preservação dos fundos do altar do templo; ficou permitida a instalação de sanitários localizados em outra área que não interferisse e não comprometesse a conservação do bem; foi solicitada a recuperação das soleiras originais que foram trocadas por outras de diferente material; o fechamento do vão que haviam aberto e que funcionaria como uma vitrine; a adequação dos equipamentos de climatização que não poderiam estar visíveis; a remoção dos entrepisos, pois já não eram originais; e adequação da utilização de toldos externos e da comunicação visual do comércio.

Dentre estas exigências, também foi solicitado ao proprietário da loja “Arte Acessórios” a contratação de um profissional habilitado na área de conservação e restauro para realizar os trabalhos. No documento também foi estipulado o prazo máximo de seis meses para que todas as adequações fossem cumpridas. O proprietário se comprometeu também a custear a metade do projeto de recomposição da cobertura do anexo em altura, material do revestimento, calhas e rufos, contemplando também a recuperação da platibanda¹¹⁵. A outra metade ficaria por conta da Ordem. E ao finalizar o termo é especificado que, caso não seja cumprido o acordo, caberá aos compromissados, no caso a Ordem e o comerciante, o pagamento de uma multa e a responderem processo perante o Ministério Público Estadual.

A partir deste acordo firmado entre as partes envolvidas, o IPUF e a FCC passaram a fiscalizar mais de perto as adequações exigidas ao proprietário do comércio “Arte Acessórios”. Sendo assim nenhum tipo de reforma poderia acontecer em toda a Igreja e seus anexos sem o aval destes dois órgãos.

¹¹⁴ Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta 03 jun. 2003. Arquivo SEPHAN/IPUF.

¹¹⁵ Moldura contínua, mais larga do que saliente, que contorna uma construção acima dos frechais, formando uma proteção ou uma camuflagem do telhado. Disponível no site: <<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-platibanda/>> Acessado dia: 18 out. 2014.

Aproveitando o ensejo, um mês depois da audiência com o proprietário da loja de bijuterias “Arte Acessórios”, aconteceu outra audiência¹¹⁶ com os representantes da Ordem, do IPUF, da FCC e do restante dos comerciantes locatários. Na época, os comércios que estavam instalados nos anexos da Igreja eram a Papelaria Progresso, a Casa das Meias e a Color Click. A audiência aconteceu para a adequação dos demais comércios às exigências dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio. Na audiência foi solicitado que a Ordem disponibilizasse seus documentos para consulta do IPUF e FCC, para que estes fizessem um levantamento com relação à arquitetura do lugar. Tais documentos possibilitariam um diagnóstico mais seguro acerca do quanto a edificação havia sido modificada. Essa necessidade se dá em razão de que quando a Igreja foi tombada, tanto em nível municipal como estadual, não se procedeu ao inventário dos bens, nem se foi feita vistoria ou outra forma de fiscalização na edificação a respeito de seu estado de conservação.

Exatamente um mês depois da audiência citada acima, outra audiência foi marcada¹¹⁷. Nesta estavam novamente presentes todos os comerciantes locatários (os mesmo citados no parágrafo anterior), representantes da Ordem; do IPUF e da FCC. Nela foi apresentado um parecer histórico¹¹⁸ sobre a arquitetura da edificação, elaborado pelo IPUF e FCC através das informações levantadas no arquivo da Igreja. Dentre as adequações as principais foram as seguintes:

- Retirada de mezaninos e entrepisos;
- Recomposição das portas de madeiras do térreo;
- Desobstrução e recuperação das esquadrias;
- Retirada de todos elementos inadequados e incompatível com o bem cultural, a exemplo da caixa d'água inserido em dos vãos do pavimento superior;

¹¹⁶ Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termo de audiência data: 23 jul. 2003. Arquivo SEPHAN/IPUF.

¹¹⁷ Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termo de audiência data: 27 ago. 2003. Arquivo SEPHAN/IPUF.

¹¹⁸ Fundação Catarinense de Cultura e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Adequações necessárias para o resgate da integridade do monumento tombado em âmbito estadual e municipal. Arquivo SEPHAN/IPUF.

- Recomposição da cobertura do anexo, incluindo os forros originais;
- Recomposição das soleiras em cimento alisado.

Porém os comerciantes – representantes da Color Click, Casa das Meias e Papelaria Progresso - se opuseram a aceitar o parecer e assinar o termo de ajustamento de conduta com o argumento principal de que os ditos entrepisos, que no parecer eram citados como modificados irregularmente, remontam a épocas anteriores ao tombamento municipal, inclusive à década de 1940. Em consequência do parecer técnico, até que os comerciantes provassem o contrário, as configurações consideradas não originais seriam consideradas intervenções clandestinas. Como não houve acordo entre as partes envolvidas foi marcada então uma nova audiência, para que os comerciantes levantassem as provas necessárias para fazerem valer seus argumentos. Também nessa audiência foi mantido o compromisso da Ordem em continuar a ceder documentos para FCC e IPUF para o prosseguimento dos estudos históricos do prédio.

Chegado o dia da audiência¹¹⁹, compareceram novamente os representantes dos comerciantes locatários, da Ordem, da FCC e do IPUF. O representante do comerciante dono da franquia “Casa das Meias” apresentou como prova o troféu que ganhou no ano de 1970 num concurso de vitrines promovido pelo SENAC, além disso, trouxe uma fotografia do ano de 1972 comprovando a existência de porta metálica e altura original do segundo piso do estabelecimento. Por algum motivo não especificado no termo, a audiência não chegou a ser concluída, sendo então remarcada para outra data na qual seria proposto o termo de ajustamento de conduta em vista do novo parecer técnico apresentado nesta oportunidade pela FCC e IPUF, assim como das demais provas também colhidas nesta data, além dos depoimentos anexos, os quais não encontrei durante a pesquisa.

¹¹⁹Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termo de audiência data: 24 set.2003.

Enquanto tramitavam todos esses processos, novamente uma denúncia anônima¹²⁰, desta vez direcionada ao Procurador Chefe da República/SC, ao Superintendente do IPHAN de Santa Catarina e ao Delegado da Receita Federal em Florianópolis. A denúncia inicia com a justificativa “combater concorrência desleal”. Em seguida acusa o proprietário da loja de bijuterias “Arte Acessórios” de reformas que ocasionaram a destruição de paredes, pisos, janelas e portas, denuncia também “escavações abaixo da linha da rua para a construção de porões e estoques, indo até o subsolo da Rua Felipe Schmidt”, causando risco de desabamento de paredes da Igreja, prédios vizinhos e do piso da própria rua. Como na denúncia feita em junho, que citei no início deste capítulo, o delator afirma que as obras ocorriam também nos fins de semana e que os porões eram utilizados para esconder produtos “comprados sem nota fiscal, piratas e de contrabando”. “Por isso o lojista da bijuteria, por exemplo, tem loja na praça de alimentação do shopping Itaguaçu, BMW, fazenda em Rancho Queimado, cobertura no Estreito, prédio em Barreiros (São José), e muitas outras coisas. Será que ele paga tudo igual a todo mundo? Acreditando na justiça. Florianópolis agradecerá se o IPHAN, a Receita Federal e o Ministério Público Federal fizerem algo para termos igualdade de imposto, cuidado com o patrimônio histórico nacional e segurança na rua Felipe Schmidt em Florianópolis SC”.

Sobre esta denúncia não encontrei nenhum registro de que ela tenha sido averiguada, só a encontrei anexada aos demais termos de audiências. Porém achei muito interessante, porque sugere uma disputa comercial nos arredores da Igreja São Francisco da Penitência, pois as investigações já estavam ocorrendo e o proprietário da loja “Arte Acessórios” já estava se adequando as exigências dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio quando esta denúncia apareceu. Também é interessante pensar como essa e as demais denúncias sempre isentam a Ordem da responsabilidade como proprietária e locadora do espaço, sendo assim esta que teria o dever de fiscalizar a edificação e prever no seu contrato de locação as obrigações, punições e multas para cada inquilino que não cumprisse com o

¹²⁰ Denúncia anônima ao Procurador-Chefe da República/SC, Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e Delegado da Receita Federal em Florianópolis data: 17 out.2003. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

acordado. Aqui fica pergunta, será que era patrimônio cultural ou pecuniário que estava em jogo aqui?

Seguindo com as audiências que estavam ocorrendo para a adequação dos demais comércios que se encontravam nos anexos da Igreja, outra aconteceu, o que gerou mais três termos de compromisso¹²¹ referentes aos três comércios instalados nos anexos da Igreja. Estavam presentes novamente os representantes da Color Click, da Papelaria Progresso e a da Casa das Meias. Nos termos é exigido que cada comerciante cumpra as exigências que a Promotoria de Justiça estabeleceu baseada nos pareceres do IPUF e FCC, além das adequações exigidas pelo Corpo de Bombeiros.

Para a Casa das Meias e Color Click:

Cláusula 1ª: substituição do cimento pela argamassa de cal, que é mais fácil a retirada caso ocorra a proliferação de fungos;

Cláusula 2ª: Compromete-se ainda a compromissada a apresentar a esta Promotoria de Justiça, no prazo máximo de 90 dias a comprovação de que foram feitas as adequações exigidas pelo Corpo de Bombeiros relativo a:

- a) atestado de vistoria de funcionamento;
- b) sinalização de extintos de incêndio
- c) proteção de fiação elétrica exposta com eletroduto do tipo anti-chama.

Cláusula 3ª: A compromissada se compromete não realizar quaisquer reformas ou intervenções no local sem as devidas autorizações dos órgãos competentes, a saber, IPUF, FCC e SUSP;

Cláusula 4ª: Compromete-se a compromissada Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência a apresentar no prazo máximo de 30 dias ao IPUF e FCC o projeto referente a recomposição das portas externas

¹²¹Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termos de ajustamento de conduta data: 27 out.2003. Arquivo SEPHAN/IPUF.

originais do térreo da compromissada Casa das Meias em madeira com duas folhas;

Cláusula 5ª: A compromissada Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência assuma a obrigação de fazer consistente em inserir como cláusula específica, em qualquer futuro contrato de locação do ponto comercial em questão, objetivando vincular às obrigações pactuadas, terceiros locatários e respectivos sucessores, sem prejuízo da responsabilidade solidária do devedor originário, os compromissos ora ajustados, assim como assume incondicionalmente tais compromissos na hipótese de cessação do vínculo locatício com a compromissária supracitada;

Cláusula 6ª: O Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil contra o proprietário do comércio Casa das Meias e Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de conduta seja cumprido;

Cláusula 7ª: A inexecução do compromisso previsto nas cláusulas anteriores, ou ainda, a continuidade da conduta ilícita pela ora compromissada, facultará ao Ministério Público Estadual a imediata execução judicial do presente título;

Cláusula 8ª: Caso as compromissada não cumpram o ajustado em qualquer das cláusulas deste compromisso, incorrerão solidariamente em multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), por descumprimento, a qual será recolhida na conta nº058.109-0, Agência do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC, pertencente ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados¹²².

¹²² Ibidem.

No termo de compromisso da Papelaria Progresso, além de conter com as exigências citadas acima, este ainda com duas cláusulas a mais são estas:

Cláusula 1ª: Compromete-se a compromissada Papelaria Progresso LTDA, a apresentar, no prazo máximo de 30 dias, ao IPUF e FCC, os projetos referentes a adequações descritas a seguir relativos a:

- a) Recuperação das soleiras originais das portas das lojas cimento alisado;
- b) Retirada do último entrepiso e recomposição do forro, em madeira. Os forros deverão resgatar a sua constituição original, através da altura;
- c) Retirada da laje de concreto, localizada na torre, que interrompeu o vão em arco existente;
- d) Adequação do primeiro entre piso, em relação a fachada externa, transformando-o em mezanino, com estrutura independente em madeira. Considerando o depoimento de antigos usuários, esta adequação será tolerada e possibilitará o uso de parte de área para funções administrativas e similares;

Parágrafo único – A adequação do primeiro entrepiso não original em estrutura de madeira se dará através de:

- 1- Manutenção de mesmo na área de correspondente ao acesso à papelaria e aos pavimentos superiores (área A – assim determinada através de indicação consensual determinada entre o IPUF, FCC e locatário);
- 2- Liberação do recuo existente no entrepiso em aproximadamente (1,00 um metro) em relação à fachada principal, transformando-o em mezanino com guarda-corpo (área B- assim determinada entre o IPUF, FCC e locatário);
- e) liberação dos vãos internos referentes as portas-janelas da nave, através da retirada de estrutura adicional de madeira (prateleiras e pilares). Este espaço é hoje

utilizado como armários e local para depósito de materiais diversos e deverá ser liberado;

f) Retirada da caixa d'água localizada em dos vãos internos. Sua nova localização e infra estrutura decorrente deverá ser objeto de projeto específico, utilizando como um dos condicionantes básicos, a não intervenção nas paredes de alvenaria da Igreja;

g) Manutenção das esquadrias originais;

h) Manutenção do assoalho;

i) Aprovação da instalação do sanitário. Este poderá ser tolerado desde que esteja localizado em área que não interfira com a abertura ou comprometam a conservação de bens integrados;

j) Adequação dos equipamentos de climatização, pois não poderão ser visíveis do logradouro¹²³.

Nesta trajetória de pesquisa e durante este segundo período que resolvi trabalhar, não encontrei nenhum ano que fosse tão movimentado quanto o ano de 2003. Movimentado porque conta com denúncias anônimas, fiscalização intensa do IPUF e FCC, atuação do Ministério Público e diversas audiências para que fosse chagado a um acordo. É inevitável pensar que este ano de 2003 foi um marco para a história patrimonial desta edificação, pois todas as atenções foram concentradas nesta última. É o que se pode concluir ao ler os termos de audiências e ver que nem o IPUF, nem a FCC tinham informações sobre como eram os anexos da Igreja antes da entrada dos comerciantes, o que remonta a década de 1940 que foi quando os primeiros inquilinos começaram a instalar seus comércios nestes anexos. Abrangendo um pouco mais, quando a Igreja foi tombada em 1975 não foi realizado um levantamento detalhado do monumento, quanto aos aspectos arquitetônicos, bens integrados, acervo sacro, artístico e documental, portanto não foi possível precisar o quanto esta havia sido modificada.

Pós 2003, o que vemos é uma atuação mais efetiva na fiscalização do patrimônio, que já contava então com um arcabouço institucional mais

¹²³ Ibidem.

consolidado. O ano de 2004 na verdade foi apenas o reflexo da movimentação do ano anterior. Como citado acima, os demais comércios localizados nos anexos da Igreja firmaram o compromisso de se adequar as exigências estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. Sendo assim os únicos documentos que encontrei referentes a este ano foram a solicitação do Promotor de Justiça da Capital para o IPUF fiscalizar se o Termo de ajustamento de condutas¹²⁴ estava sendo cumprido, porém só encontrei solicitação do Promotor referente aos comércios Papelaria Progresso e a loja “Arte Acessórios” e posterior a isso o então relatório de vistoria técnica¹²⁵ produzido pelo IPUF como solicitado pelo Promotor, afirmando que os comércios estavam se adequando com o termo de ajustamento de conduta.

Já do ano de 2005 encontrei dois documentos. Primeiro encontrei uma solicitação do proprietário da loja de bijuteria “Arte Acessórios” para o Promotor de Justiça¹²⁶ para a instalação de um sanitário nas dependências do comércio. E a resposta do IPUF através de um parecer técnico¹²⁷ direcionado ao Promotor afirmando que o IPUF em nada se opunha sobre a instalação do banheiro “tipo caixa” isolada da alvenaria, porém no parecer foi ressaltado que deveria ser apresentado um projeto arquitetônico/hidráulico mais detalhado para que não fosse comprometida estrutura/alvenaria da edificação tombada e ao fim do parecer é lembrando que a FCC também tem que apoiar o projeto.

Seguindo a linha de órgão fiscalizador, o IPUF enviou ao Secretário Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos – SUSP no ano de 2006 um ofício¹²⁸, no qual constava a solicitação de informações acerca de imóvel tombado devido à mudança de inquilino. A loja de bijuterias “Arte Acessórios”, que tinha sido objeto de denúncias durante o ano de 2003, agora estava saindo para a entrada de uma farmácia em seu lugar. Também encontrei referente a

¹²⁴ Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Solicitação de fiscalização nº 047/2004/28ª PJMA Data: 11.02.2004. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹²⁵ Instituto de Planejamento Urbano. Relatório de Vistoria Técnica. Data: 14 abr.2004. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹²⁶ Ministério Público de Santa Catarina. Atendimento ofício 02/2005/28ª PJ e PAP 016/2003/28ª PJ Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência: Loja “Arte Acessórios” Data: 04 jan. 2005. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹²⁷ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Parecer Técnico. Data: 10 jan.2005. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹²⁸ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Solicitação de Informação à respeito do novo comerciante locatário. Data: 08 jun.2006. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

este ano um parecer técnico¹²⁹ do IPUF sobre a solicitação da aprovação de Projeto Elétrico da Igreja. Esta solicitação está relacionada com um termo de ajustamento de conduta, firmado entre a Irmandade e o Ministério Público Estadual. Não encontrei este termo e só tive acesso a este parecer; porém, é importante por revelar que a Ordem, como proprietária do bem, também necessitava se adequar as exigências dos órgãos de proteção do patrimônio e até mesmo pela segurança da edificação.

De relevância para esta pesquisa o que encontrei posterior ao ano de 2006 foi somente uma Carta da Irmandade¹³⁰ para o IPUF, junto à qual estava anexado um de cartão de advogado, provavelmente da Ordem. Na carta era solicitada uma vistoria na edificação, acompanhada da emissão de parecer acerca da situação do imóvel, visando posterior início de processo de restauro. Deste segundo período que escolhi pesquisar, foi a primeira vez que vi partir da Ordem a solicitação de um parecer sobre o estado da edificação e uma possível intensão de restauração do bem.

Não posso afirmar com certeza esta informação, pois minha memória não me ajuda e também nada encontrei nas documentações pesquisadas, mas acredito que foi no ano de 2008 que vi afixada na fachada da Igreja a seguinte faixa: “Francisco, restaura minha Igreja. Igreja São Francisco das Chagas – Pedra Fundamental: 25 de março de 1803”. Digo da minha falta de memória, pois como comentei na introdução do trabalho, a igreja fez parte do meu cotidiano durante o período que trabalhei no centro da cidade de Florianópolis. O momento que vi aquela faixa foi marcante pra mim no sentido de querer compreender quem estava por trás daquela ação. Acredito que a carta que encontrei no IPUF a qual comentei acima, faça parte desta movimentação dos fiéis e da Ordem para chamar a atenção sobre o estado de conservação da Igreja. Esta faixa permaneceu afixada durante um longo período, que acredito vá até meados de 2011, quando finalmente foi assinado o contrato de cooperação do governo para a liberação de verbas para o restauro deste patrimônio.

¹²⁹Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Parecer Técnico Projeto Elétrico da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Data: 11 dez.2006. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹³⁰ Carta da Ordem Terceira direcionada ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Foto: DSC06146 Data: 08 abr.2008. Arquivo: SEPHAN/IPUF.



Imagem 05

Imagem da faixa afixada na parte frontal da Igreja em meados de 2009¹³¹

A primeira correspondência que encontrei entre e o IPUF a CONCREJATO, empresa que ganhou a licitação para o restauro da Igreja em 2012, é do ano de 2009¹³². Trata-se de uma solicitação da empresa para o IPUF pedindo para disponibilizarem cópia o levantamento arquitetônico realizado pelo IPUF em parceria com a FCC para dar início aos estudos de viabilidade de restauração da Igreja. A empresa CONCREJATO foi responsável pelo restauro da Igreja Matriz de São José, da Catedral Metropolitana de Florianópolis e da Igreja do Ribeirão da Ilha.

Como comentei na introdução desta pesquisa, quando decidi que a Igreja seria meu objeto de estudo para elaboração do meu trabalho de conclusão de curso, de início encontrei a Ação Popular¹³³ do ano de 2009 movida contra o Estado, o Município e a Mitra, associei ela a uma

¹³¹ Foto: Arquivo Pessoal.

¹³² CONCREJATO. Solicitação ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis do levantamento arquitetônico da Igreja. Data: 24 jul.2009. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹³³ A Ação Popular é expediente jurídico preconizado pelo artigo 5º (inc. LXXIII) para que qualquer cidadão brasileiro possa promover a defesa dos interesses difusos. Ela pode objetivar anulação de ato jurídico lesivo ao patrimônio público, assim, como a proteção do patrimônio histórico e cultural, diante da omissão dos administradores públicos.

movimentação dos fiéis e membros da Ordem para solicitar o restauro da edificação.

A primeira vez que li esta Ação imaginei que o advogado, Izidoro Azevedo dos Santos, que a moveu fosse apenas um porta-voz da Ordem. Porém, ao tentar contato com algum membro desta última e não obter sucesso resolvi então procurar pelo advogado. Numa rápida pesquisa pela internet escrevi seu nome num site de buscas e encontrei seu blog pessoal¹³⁴. A breve descrição na parte inicial me deixou bastante curiosa, pois ali o advogado afirmava que era ateu. Após checar o blog, resolvi comentar e deixar meu e-mail de contato. Ele assim que pôde me respondeu e foi bastante solícito, querendo colaborar com a minha pesquisa. Ficamos em contato e tentamos nos encontrar para que eu pudesse entrevistá-lo, mas infelizmente não encontramos um horário que fosse bom para ambas às partes e depois novamente quando tentei contatá-lo este não me atendeu, então encerrei esta pesquisa sem seu depoimento.

Na Ação o advogado denunciava o uso indevido dos espaços alugados pelos comerciantes nos anexos da Igreja. Comentava sobre a casa de sucos que era grande e atrapalhava a vista integral do patrimônio. Junto com as denúncias estavam anexadas fotos da edificação onde se evidenciavam rachaduras internas e externas, denunciando também o quão danificado estava o assoalho da Igreja. Como o delator afirmou “está acontecendo um grande desleixo, que parece mesmo proposital, com a intenção de fazer com que a comunidade se sensibilize e force os poderes públicos a utilizarem recursos dos contribuintes (incluindo os que não são católicos, nem religiosos) para fazer a restauração do templo”. Referindo-se à urgência de alguma medida para a proteção do bem, o advogado afirma “apesar de contar a ICAR¹³⁵ com imunidade tributária, em relação ao templo, não lhe são exigidos pelos entes públicos que promoveram o tombamento aos devidos serviços de manutenção, esperando todos, ao que parece que a situação do templo fique gritantemente insustentável e que a opinião pública clame por recursos públicos para a devida restauração, como costuma

¹³⁴ <http://izidoroazevedo.blogspot.com.br/>

¹³⁵ Igreja Católica Apostólica Romana

acontecer com muitos outros templos do ICAR por todo o país”. Pode-se ver através desta Ação que o advogado questiona o descaso dos proprietários da Igreja com relação à proteção do patrimônio, o que acabaria derivando em uso de verba pública para restaurar o patrimônio. O advogado afirma na Ação que a ICAR/Mitra é proprietária da Igreja e que a riqueza desta é uma das maiores do mundo e é sabido que estes últimos têm condições de arcar com as responsabilidades referentes à edificação.

Após delatar estes fatos começam as acusações. A primeira vez que li fiquei surpresa e achei um tanto agressivo o conteúdo desta Ação, já que eu imaginava se tratar de um movimento dos fiéis e da Ordem, porém no decorrer da pesquisa descobri que esta em nada estava ligada a estes últimos, como disse anteriormente não consegui em tempo para esta pesquisa uma entrevista com o advogado que moveu esta ação, mas na única conversa que tivemos ao telefone e no blog, ele deixou bem claro que é um defensor do estado laico.

Esta Ação como a denúncia feita em 2003 por outro advogado para o Promotor de Justiça da Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Artístico Cultural causou movimentação e acionamento dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. O que gerou um pedido¹³⁶ do Promotor à FCC de que esta se manifestasse sobre as denúncias contidas na Ação. Como resposta a FCC enviou um relatório¹³⁷ acerca da Ação onde explicava que a edificação havia sofrido diversas intervenções e que essas nem sempre foram documentadas e autorizadas, o que gerou descaracterização do patrimônio. No geral o relatório trata mais dos bens móveis da Igreja, não esclarece muito quanto à edificação de fato e somente ao fim é que é toca no assunto das intervenções irregulares “medidas mais efetivas devem ser tomadas tais como uma fiscalização frequente e orientação específica quanto aos critérios adotados em conservação/restauração de bens culturais”.

Se o Promotor enviou algum pedido de esclarecimento ao IPUF não estava disponível no arquivo do IPUF, também não sei dizer se a Ordem,

¹³⁶ Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina. Ofício nº 194 PROCONT/PGE/SC/09. Data: 27 jan. 2010. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

¹³⁷ Fundação Catarinense de Cultura. Relatório nº02/10. Data: 23 abr. 2010. Arquivo: SEPHAN/IPUF.

proprietária do bem, recebeu igualmente algum pedido de esclarecimento sobre o estado de conservação da Igreja.

Pós os acontecimentos citados acima, as informações que encontrei referentes à Igreja foram algumas notícias publicadas por jornais alusivas ao estado de conservação da Igreja, como uma nota publicada pelo Jornal Diário Catarinense¹³⁸ onde o leitor enviou foto da Igreja com a faixa afixada questionando: “até quando prédios históricos serão tratados com tamanho descaso na capital?”.

Ainda referente ao ano de 2011 uma pequena foi nota publicada pelo Jornal Notícias do Dia¹³⁹ com o título de “Restauração” onde era comunicada a vinda do governador Raimundo Colombo para assinar o contrato de restauração da Igreja. E o Jornal Diário Catarinense neste mesmo período publicou uma nota¹⁴⁰ com o título de “Luz no fim do túnel” noticiando que finalmente a Igreja seria restaurada e comunicou a visita oficial do governador Raimundo Colombo, no texto ainda era falado da liberação de 2,4 milhões de reais para a recuperação da edificação da Igreja. Ao fim da nota foi ressaltado que a empresa que faria o restauro é a mesma que restaurou a Igreja Nossa Senhora da Lapa, a Catedral Metropolitana de Florianópolis e a Igreja Matriz de São José. A reportagem encerra informando que seria utilizado apenas dinheiro público para a restauração do bem.

A vinda do governador para assinar oficialmente a liberação de verba para dar início à primeira etapa do restauro da Igreja, como podemos ver nas fotografias abaixo¹⁴¹, foi acompanhada de uma missa e da presença dos membros da Ordem Terceira de São Francisco. Na ocasião foi assinado o contrato de cooperação financeira para início das obras no edifício. A primeira etapa da obra foi orçado em R\$2,4 milhões, com repasse de recursos provenientes do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte (SEITEC), por meio do Fundo Cultural.

¹³⁸ São Francisco pede ajuda. **Jornal Diário Catarinense**, Florianópolis 09 nov.2011.

¹³⁹ Restauração. **Notícias do Dia**, Florianópolis 15 nov.2011.

¹⁴⁰ Luz no fim do Túnel. Diário Catarinense, Florianópolis 19 nov.2011. Porém a visita ocorreu oficialmente no dia 18/10/2011.

¹⁴¹ Imagem 01, 02 e 03 disponíveis no site: <<http://jufrasc.blogspot.com.br/2011/11/governador-de-sc-assina-convenio-para.html>>Acessado dia: 05/09/2014.



Imagem 06



Imagem 07



Imagem 08

Durante o discurso, segundo o blog da juventude franciscana de Santa Catarina, o governador exaltou a figura de Frei Günther Max Walzer, pároco responsável pela Igreja, a quem chamou de "grande amigo" e afirmou que este último foi um dos maiores incentivadores de seu ingresso na vida política¹⁴².

Dentre os documentos que encontrei para finalizar os anos 2000 foi a carta¹⁴³ que a empresa CONCREJATO enviou à FCC comunicando que seria responsável pela primeira etapa da obra de restauração da Igreja São Francisco da Penitência. Hoje a Igreja encontra-se em sua terceira e última etapa de restauro, que está prevista para terminar em 2015, ano em que a edificação completa duzentos anos.

¹⁴² Idem.

¹⁴³ CONCREJATO. Carta à Fundação Catarinense de Cultura. Data: 10 fev. 2012.

Como podemos ver diferente da década de 1970 os anos 2000 são marcados por intensa movimentação acerca da conservação da edificação. Este período é onde ocorre de fato com veemência a participação da sociedade no sentido de cobrar dos órgãos responsáveis a salvaguarda do patrimônio. Porém novamente volto ao ponto, essa responsabilidade quase nunca foi cobrada ao principal responsável por esta edificação, a Ordem. Também é nesse período que podemos ver um amadurecimento das instituições IPUF e FCC no que diz respeito à fiscalização. Refiro-me a amadurecimento porque foi a partir das denúncias feitas que tais órgãos voltaram seus olhares a conservação deste bem e compreenderam a necessidade de um levantamento detalhado do monumento, quanto aos aspectos arquitetônicos, bens integrados, acervo sacro, artístico e documental, já que isso não havia sido feito por nenhuma estância que tombou a Igreja como patrimônio de Florianópolis. Enquanto nos bastidores da história patrimonial da Igreja inúmeras audiências eram realizadas no intuito de averiguar as denúncias feitas sobre as inúmeras intervenções irregulares que os anexos alugados à comerciantes sofria, a Ordem, com menos frequência do que na década de 1970, – pois não encontrei muitos jornais correspondentes aos anos 2000 que abordassem o tema da Igreja- continuava a se posicionar pobre de recursos para efetuar o restauro da edificação.

Considerações finais

Após fazer todo este levantamento sobre as intervenções realizadas na edificação ao longo dos seus quase duzentos anos e comparar duas décadas tão distintas como a década de 1970 e os anos 2000, é chegada a hora de concluir a pesquisa.

O termo patrimônio traz no conjunto de seu significado uma relação estreita com a ideia de herança: algo a ser deixado ou transmitido para as gerações futuras. Pensado dessa forma, o patrimônio está relacionado diretamente à ideia de propriedade. Propriedade é um dos conceitos universais da cultura humana, pois todos os povos conhecem alguma forma de propriedade, seja ela individual ou coletiva¹⁴⁴. Podemos então dizer que o conceito de propriedade é uma criação social, pois um objeto não é autossuficiente para ter relevância a um grupo social, mas é relevante devido à atribuição de valor, que é socialmente construído. A existência de normas que determinem a sua circulação e permanência dentro de um determinado grupo cria uma rede de relações entre pessoas. A tradição estabelece a transmissão da propriedade que é aceita como patrimônio de um grupo ou uma família, Também do status relativo a essa propriedade, como uma herança que vai passar de pai para filho¹⁴⁵. Pensando no sujeito principal desta pesquisa, para a Ordem, patrimônio são os bens de que dispõe por herança, algo muito de acordo com a definição de patrimônio no direito romano¹⁴⁶.

O controle sobre administração dos bens pertencentes à Ordem sempre foi objeto de disputa, isso ficou perceptível durante toda a pesquisa que realizei. Como comentei no primeiro capítulo, o episódio da renúncia do ministro João Egídio da Silveira na década de 1970, mostrou que entre os membros da Ordem nem sempre a paz a reinou. As evidências sugerem que

¹⁴⁴ http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100009&script=sci_arttext

¹⁴⁵ CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, sacralidade e poder**: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Horiz. antropol. vol.11 no.23 Porto Alegre Jan./June 2005.

¹⁴⁶ O termo é de origem latina, *patrimoniū*, e significava entre os antigos romanos as propriedades pertencentes ao pai, *pater familias*, e que podiam ser herdadas. Além dos bens móveis e imóveis, eram incluídos também os escravos e a família (a mulher e os filhos). Poucos eram os proprietários, resumia-se apenas à elite romana. Possuíam patrimônio que, portanto, era um valor privado e aristocrático que era passado de pai para filho. A grande maioria da população somente possuía como patrimônio a própria família.

havia uma disputa pela administração do bem e no que diz respeito à restauração da edificação, onde João Egídio defendia que o Estado deveria custear a obra e a Ordem fiscalizar e orientar a restauração. Já o restante dos membros, defendia que a Ordem poderia custear obra e que durante este processo presaria por manter as características originais da obra.

À medida que a Ordem passa a justificar que a edificação é mais do que sua propriedade compreendendo como um "patrimônio de Florianópolis e de Santa Catarina", este passa a ser um artifício pra seguir solicitando auxílio do Estado para a restauração do templo.

O uso do jornal durante toda a década de 1970 pela Ordem, como foi apresentado no segundo capítulo desta pesquisa, se caracterizou como uma maneira de forçar o Estado a encabeçar o restauro da edificação. Já nos anos 2000, vemos ainda a utilização do jornal para chamar a atenção dos órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio para solicitar a restauração da edificação, o uso de jornal pela Ordem faz com esta afirme a condição de pobre e sem recurso, quando na verdade nos bastidores estavam ocorrendo inúmeras intervenções irregulares na parte dos anexos alugadas à comerciantes e a Ordem, como proprietária parecia estar mais preocupada com seu patrimônio pecuniário do que com o bem cultural.

Foi no decorrer da pesquisa que descobri que a edificação pertencia à Ordem, porque até então eu acreditava que a proprietária era a Mitra Metropolitana de Florianópolis. Quando estive no Arquivo Público da Mitra para pesquisar percebi que havia poucos documentos sobre a Ordem e a secretária do arquivo afirmou que a falta de documentação se devia a postura mais controladora e fechada da Ordem, que mesmo subordinada à jurisdição eclesiástica da Paróquia Nossa Senhora do Desterro -a Catedral- e conseqüente a Mitra Metropolitana de Florianópolis - que só ficou responsável pela administração dos bens da Ordem durante um curto período enquanto era resolvida a renúncia do ministro, episódio lembrando acima – se recusou algumas vezes a prestar contas e acatar as decisões paroquiais a esta última.

Outro ponto importante a ser considerado neste trabalho é a tentativa de atestar a autenticidade do bem, medindo-lhe a significação pela

originalidade. A rigor não existe possibilidade de conciliar a autenticidade de um bem com a sua eterna preservação, pelo simples motivo de que a autenticidade de um bem ou obra de arte –artística ou histórica- está na sua matéria que é perecível e não na sua forma a qual seria eterna. Por esse motivo uma cópia não pode substituir a obra original, ela carece daquilo que Walter Benjamin classificou como aura¹⁴⁷, na maioria das vezes a restauração e qualquer outra intervenção na obra de arte ou no bem edificado, no sentido de recuperar a forma, acaba por intervir na matéria da obra artística. Cada restauração acaba interferindo nesta aura, sendo assim esta última vai, aos poucos, restauração após restauração, se perdendo à medida que a historicidade da obra se perde a Igreja foi entregue a comunidade em 1815 e desde então ela vem sendo modificada e reformada.

A edificação foi tombada no momento da criação de legislação municipal para a salvaguarda do patrimônio na cidade de Florianópolis, sendo que a justificativa para o seu tombado se deu pela significância e representatividade histórica da Igreja. Sendo assim, ao mesmo tempo em que era criada uma legislação de proteção do patrimônio esta não estava tão clara para a sociedade. As instituições não estavam consolidadas, do mesmo modo como as práticas e fiscalizações não estavam bem definidas. Tanto assim que só quase trinta anos depois da criação destas leis foi reconhecido que quando a Igreja foi tombada em 1975 não foi realizado um levantamento detalhado do monumento, quanto aos aspectos arquitetônicos, bens integrados, acervo sacro, artístico e documental. O resultado dessa omissão foi que a essa altura já não era possível dimensionar o número e a natureza das intervenções havidas sobre a edificação.

É preciso reconhecer que a ação de tombar um bem não significa que este ficará preservado e manterá suas características originais. O patrimônio continua ali em meio a todas as transformações externas e internas, ainda mais se levarmos em consideração que a edificação a qual é objeto desta pesquisa conta com anexos alugados para comerciantes desde meados da década de 1950. A fiscalização deveria ocorrer por parte dos órgãos IPUF e FCC pela

¹⁴⁷ BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

conservação do bem tombado, mas também do seu proprietário, que no caso é a Ordem.

Dessa maneira a Ordem, como proprietária, deveria ser a primeira a zelar e fiscalizar pela conservação do bem. O que não ocorreu desde a abertura destes anexos a comerciantes locatários. Ela permitiu que a edificação sofresse intervenções que muitas vezes não foram autorizadas e nem solicitadas aos órgãos responsáveis pela fiscalização da preservação do patrimônio. É curioso o fato de que os anexos tenham sofrido inúmeras intervenções assim como o restante da edificação, porém dos anos 90 em diante, a Igreja parece ter ficado em estado de total abandono, chegando a ter inúmeros problemas como foram listados no terceiro capítulo desta pesquisa.

Porém é preciso orientar a sociedade de que um bem quando é tombado como patrimônio, não significa que esse bem não possa passar por manutenções. As mais complexas como a troca da fiação, modificações nas estruturas e etc... Essas como as menos complexas, necessitam sim ser comunicadas ao IPUF e a FCC que juntos orientarão para que estas intervenções sejam realizadas de uma maneira que não descaracterize o patrimônio, pois uma vez que este não está conservado é necessária a restauração que é um procedimento caro e demorado.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Betina. **Preservação Urbana: Gestão e Resgate de uma História.** Florianópolis: Editora UFSC, 2002.

ADAMS, Betina; ARAÚJO, Suzane Albers. **Experiência Municipal de Preservação do Patrimônio Ambiental-Culturas Urbano - Florianópolis / Santa Catarina.** Florianópolis, julho de 2003

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Ilha de Santa Catarina:** Notas Históricas Comemorativas do Segundo Centenário da sua Fundação. Florianópolis: IHGSC, 1945.

CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. **Herança, sacralidade e poder:** sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. Horiz. antropol. vol.11 no.23 Porto Alegre Jan./June 2005.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **As Irmandades Religiosas em São Luís do Maranhão e sua Missão Salvacionista.** Revista de História e Estudos Culturais julho/agosto/setembro de 2007. Vol.4 ano IV nº3.

FANCELLI, Polo; RODRIGUES, Delgado; SERUYA, Ana; PEREIRA, Paulo; CAETANO, Joaquim; PROENÇA, Nuno; MARREIROS, Luís; SALVADOR, Fernando; CHAROLA, Elena; AGUIAR, José. Cesare Brandi: Teoria e Praxis no Restauro Arquitectónico. Curso de mestrado em Reabilitação de Arquitetura e Núcleos Urbanos.Lisboa, s/d.

MAKOWIECK, Sandra. **As Igrejas e Capelas de Florianópolis: Séculos XVII e XIX.** Florianópolis, UDESC, 1994. Relatório CNPQ.

PEREIRA, Moacir. **Imprensa e Poder: A comunicação em Santa Catarina.** Florianópolis: Lunardelli FCC Edições, 1992.

SCHARF, Claudia P. O Desenvolvimento da restauração de bens culturais: uma abordagem histórica. In Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais. Ouro Preto, 3-8 de novembro, 1996.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis memória Urbana**. 1ª edição. Florianópolis: Editora UFSC, 1993.

SITES

<http://jufrasc.blogspot.com.br/2011/11/governador-de-sc-assina-convenio-para.html>

<http://www.colegiodearquitetos.com.br/dicionario/2009/02/o-que-e-platibanda/>

<http://www.catedralflorianopolis.org.br/#!bispos/ckvz>

<http://estudantesdearquitetura.com.br/diferencas-entre-restaurar-reformar/>

http://www.creasp.org.br/arquivos/publicacoes/patrimonio_historico.pdf

http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=12&cod_002=7

<https://www.catequisar.com.br/texto/colunas/juberto/30.htm>

http://arquifln.org.br/detalhe_00500.php?cod_select=12&cod_002=7

<https://sites.google.com/site/laboteste/home/qual-a-diferenca-entre-diocese-e-arquidiocese-bispo-e-arcebispo>

<http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4402/leidotombamentoestadual>

http://www.helsinki.fi/aluejakulttuurintutkimus/tutkimus/xaman/articulos/2004_01/experiencia_municipal_preservacao.pdf

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/ipuf/>

<http://pebesen.wordpress.com/padres-da-igreja-catolica-em-santa-catarina/dom-joao-becker/>

<http://www.priberam.pt/DLPO/diocese>> Acessado dia: 24/05/2014

<http://pt.scribd.com/doc/41214036/dicionario-catolicas>

FONTES

1. Jornais

A Gazeta 1970 - 1971 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Diário Catarinense 2011 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Jornal de Santa Catarina 1972 – 1974 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

Notícias do Dia 2011 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

O Estado 1971 – 1977 e 2002 (Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina)

2. Processos em ordem cronológica

MACUCO, Newton da Luz. Carta dirigida a João Egídio da Silveira. Florianópolis, 18 fev. 1971. Arquivo da Mitra Metropolitana de Florianópolis.

Fundação Catarinense de Cultura e Instituto de Planejamento Urbano. Pesquisa Histórica: Documentos da Mesa administrativa. Florianópolis, sem data.

SANTOS, Izidoro Azevedo dos. Ação Popular nº 23.09.070384-0, conta a Mitra Metropolitana de Florianópolis, Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis. Data: 12/10/2009.

BODENMÜLER, Sérgio. Denúncia ao Promotor de Justiça da Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Artístico Cultura contra a Ordem Terceira de São Francisco, Luiz Fernando de Andrade proprietário da Loja “Arte Acessórios”, IPUF, a SUSP, a FCC e o CREA data: 25 mar. 2003.

BEIER, Frei Junípero. Declaração data: 17 mar. 1993.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ofício para Procuradoria Geral do Município - PROGER SEPHAN/IPUF data: 29 abr. 2003.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Ofício para Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN SEPHAN/IPUF data: 29 abr. 2003.

ANDRADE, Luiz Fernando Lourenço. Requerimento junto à Secretaria de Urbanismo e Serviço Público – SUSP SEPHAN/IPUF data: 24 abr. 2003.

Fundação Catarinense de Cultura. Relatório Técnico nº 002/03 sobre a Intervenção irregular em anexo da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência – FCC SEPHAN/IPUF data: 12 mai. 2003.

Denúncia anônima ao IPUF, junho de 2003.

Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta 03 jun. 2003.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termo de audiência data: 23 jul. 2003.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termo de audiência data: 27 ago. 2003.

Fundação Catarinense de Cultura e Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.

Adequações necessárias para o resgate da integridade do monumento tombado em âmbito estadual e municipal.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termo de audiência data: 24 set. 2003.

Denúncia anônima ao Procurador-Chefe da República/SC, Superintendência do IPHAN em Santa Catarina e Delegado da Receita Federal em Florianópolis data: 17 out. 2003.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Termos de ajustamento de conduta data: 27 out. 2003.

Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Solicitação de fiscalização nº 047/2004/28ª PJMA Data: 11.02.2004.

Instituto de Planejamento Urbano. Relatório de Vistoria Técnica. Data: 14 abr.2004.

Ministério Público de Santa Catarina. Atendimento ofício 02/2005/28ª PJ e PAP 016/2003/28ª PJ Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência: Loja “Arte Acessórios” Data: 04 jan. 2005.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Parecer Técnico. Data: 10 jan.2005.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Solicitação de Informação à respeito do novo comerciante locatário. Data: 08 jun. 2006.

Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Parecer Técnico Projeto Elétrico da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência. Data: 11 dez. 2006.

Carta da Ordem Terceira direcionada ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Data: 08 abr. 2008.

CONCREJATO. Solicitação ao Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis do levantamento arquitetônico da Igreja. Data: 24 jul.2009.

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina. Ofício nº 194
PROCONT/PGE/SC/09. Data: 27 jan. 2010.

Fundação Catarinense de Cultura. Relatório nº02/10. Data: 23 abr. 2010.

CONCREJATO. Carta à Fundação Catarinense de Cultura. Data: 10 fev. 2012.